

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

“Quere governar, como tiempo de antes”: manifestações indígenas nas reduções do Uruguai
(1767-1801)

Alfredo Campos Ranzan
Orientador Eduardo Santos Neumann

Porto Alegre, novembro de 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

“Quere governar, como tiempo de antes”: manifestações indígenas nas reduções do Uruguai
(1767-1801)

Alfredo Campos Ranzan

Orientador Eduardo Santos Neumann

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em História.

Porto Alegre, novembro de 2010

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à família, aos professores, e de forma especial à namorada, que soube compreender os momentos de privações que a realização deste trabalho necessitava, me passando tranquilidade e amor, além de tantas vezes me acolher carinhosamente na Cefav

Aos colegas e amigos, tanto os da antiga, como os que conheci no decorrer do curso. Às várias gerações de companheiros de Chist horizontal e aberto, ao AZFC - "somos nós, os valentes guerreiros, da esquadra amarelo-anil"- e AZFilmes, aprendi muito nessas jornadas. Aos momentos de lazer na Toca, no CV, no novo espaço, no Planeta Cláudio, e tantos outros locais.

Um agradecimento especial também ao Professor Eduardo Neumann, pela orientação e convite para ser bolsista de iniciação científica no projeto *Os Guarani e a Fronteira: As missões orientais do Uruguai depois dos Jesuítas*, entre agosto de 2009 e julho de 2010. Menciono também a Fapergs que financia este projeto.

Por fim, considero importante ressaltar que me sinto orgulhoso de estar concluindo este curso superior na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e espero que ela continue pública, gratuita e com ensino, pesquisa e extensão de qualidade.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	pg.05
1.1 - DIFERENTES VISÕES SOBRE OS GUARANI E AS MISSÕES.....	pg.06
1.2 - APORTES PARA AJUSTAR O FOCO DESTA VISÃO.....	pg.12
2 –A EXPULSÃO DOS JESUÍTAS E OS PRIMEIROS ANOS.....	pg.17
2.1. – COMO OS INDÍGENAS RECEBERAM O ACONTECIDO.....	pg.18
2.2 – O MEMORIAL ESCRITO NO POVOADO DE LA CRUZ EM 1769.....	pg.20
3 – AS MUDANÇAS ADMINISTRATIVAS DAS DÉCADAS DE 1770 E 80.....	pg.22
3.1 – OS GUARANIS SE MANIFESTAM SOBRE OS ADMINISTRADORES, RELIGIOSOS E “MAESTROS”.....	pg.23
3.2 – A QUESTÃO DA LEALDADE E DOS SERVIÇOS PRESTADOS PARA A COROA.....	pg.27
3.3 – ACOMPANHANDO ALGUNS PROCESSOS.....	pg.29
4 – A AMEAÇA AO REGIME COMUNITÁRIO E A PASSAGEM PARA O LADO PORTUGUES DOS POVOADOS ORIENTAIS.....	pg.36
4.1 – AS REFORMAS DE AVILES.....	pg.37
4.2 – A ALIANÇA COM OS PORTUGUESES.....	pg.39
5 – ACORDOS NÃO CUMPRIDOS, OU CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	pg.42
6 – FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	pg.45
7 – ANEXOS.....	pg.48

1 - INTRODUÇÃO

Diferentes perspectivas e aportes teóricos já foram utilizadas para a análise da história das reduções guaranis. Boa parte delas apenas valoriza a presença dos jesuítas e vincula a sua saída à decadência das missões. Porém, a historiografia recente, influenciada pelas novas discussões teóricas da história indígena, vem demonstrando que, mesmo após a saída dos jesuítas, as reduções mantiveram-se dinâmicas e os indígenas que lá viviam ressignificaram a sua identidade e se adaptaram à nova situação.

O recorte cronológico desta pesquisa inicia em 1767, porque foi quando a Coroa espanhola decidiu expulsar os jesuítas de todas as suas possessões. Este plano foi executado nos 30 povos guarani-missionários em 1768 e, a partir de então, a forma de administração destes por parte do Reino espanhol foi se modificando. As novas composições da administração – que foi dividida entre espiritual e material - e a maior proximidade com espanhóis e portugueses, que vinha se intensificando desde as tentativas de demarcação do Tratado de Madri (década de 1750), trouxeram situações de conflitos e negociações.

Embora uma parte da população destes povos tenha ido embora, muitos outros ficaram e mantiveram suas atividades e sua participação na administração dos mesmos. É provável que a parcela que ficou visse nessa situação a mais vantajosa. Sabemos um pouco sobre como agiam estes indígenas através de relatos espanhóis e portugueses principalmente, mas também através de cartas e documentos escritos pelos próprios indígenas nas suas funções da administração. A expressão “quiere gobernar, como tiempo de antes”¹ está contida num destes documentos e aponta uma denúncia que faz um componente do *cabildo* com relação às práticas de um Religioso que veio substituir os jesuítas.

Estes documentos demonstram que os guaranis estavam preocupados com o futuro dos seus povos e tentavam atuar dentro do sistema colonial que os cercava. Sistema que

¹ A expressão consta no documento AGN. Sala IX 18/5/1, que será analisado no desenvolvimento da pesquisa.

forçava a mercantilização da produção e possibilitava a subtração de grandes territórios pertencentes às reduções.

Assim, estavam dentro de um contexto de declínio material das reduções. Além disso, havia a instabilidade quanto ao regime comunitário, que estabelecia a obrigatoriedade dos índios ficarem nas missões e dedicarem parte do seu trabalho para as atividades coletivas.

Em 1801 as forças portuguesas expulsaram os espanhóis e "conquistaram" os povos orientais quase sem resistência indígena apesar de viverem ali aproximadamente 14 mil guaranis. Fato essencial na história do Rio Grande do Sul que encerra nosso marco cronológico.

As perguntas que desejo responder estão relacionadas a que tipo de manifestações faziam os guaranis nas suas cartas, atas e memoriais, ou seja, nos documentos escritos pelos componentes do *cabildo*. Que tipos de demandas continham? Como eles se adaptaram às novas situações do período? Como estas mudanças afetavam a sua identidade? Que tipo de protagonismo podiam exercer no destino das reduções?

1.1 - DIFERENTES VISÕES SOBRE OS GUARANIS² E AS MISSÕES

A historiografia tradicional do Rio Grande do Sul concedeu pouca atenção a região missioneira antes da conquista deste território pelos portugueses em 1801. Gutfreind atribui isso a força que a matriz historiográfica "lusitana" teve no estado até a década de 1970 pelo menos³. O maior expoente desta matriz foi Moyses Vellinho que, segunda a autora, "não se propunha apenas em retirar a área das Missões Jesuíticas da história do Rio Grande do Sul. O mesmo esforço o historiador fazia dissociando o Rio Grande do Sul da área platina.

² Os guaranis não eram a única etnia presente nas reduções, mas eram em maior número, embora tivessem diferenças culturais mesmo dentro do seu próprio grupo. No entanto, a identificação destes povoados como "reduções guaranis" é recorrente nas fontes e na historiografia e será utilizado neste texto. Para mais informações sobre a formação étnica das reduções anteriormente à expulsão dos jesuítas ver: SANTOS, M.C. & BAPTISTA, J.T.. Reduções jesuíticas e povoados de índios: controvérsias sobre a população indígena (séc. XVII-XVIII). História Unisinos: 2007 (240-251), ou BAPTISTA, Jean. *A visibilidade étnica nos registros coloniais: Missões Guaranis ou Missões Indígenas?* In.: KERN, A; SANTOS, M.C. & GOLIN, T. História Geral do Rio Grande do Sul: Povos Indígenas. Vol. 5. Passo Fundo: Mérito, 2009

³ GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS - 2ª ed, 1998.

Qualquer aspecto que pudesse sugerir semelhanças, ou mesmo aproximações com o Prata, era desarticulado."⁴

Um dos poucos autores rio-grandenses, anteriores a década de 1970, que retrata as missões no período entre a expulsão dos jesuítas e a incorporação aos domínios portugueses é Carlos Teschauer⁵, ele também um jesuíta. O autor, no entanto, apenas consegue ver decadência com a saída de seus companheiros de ordem, e minimiza as atitudes indígenas a de meros espectadores. Depois de comentar os problemas econômicos ainda afirma que "mais triste, é porém, a decadência moral dos índios. É que muito depressa pereceram os bons costumes dos guaranis, e ao lugar da docilidade e boa ordem vieram ocupá-lo a insolência e toda a casta de vícios."⁶ Seguindo, ele passa a comentar os problemas ocasionados com a divisão da administração entre espiritual e material, e a necessidade dos indígenas de seguirem uma autoridade. Assim ao analisar uma carta do governador do Paraguai D. Lázaro de Ribeiro que afirmava que cada povo era "*uma grande fazenda com mil e mais escravos*" deduz "que foi esse o resultado do novo sistema de Bucarelli e daqueles que julgavam libertar assim os índios da "escravidão" dos missionários (jesuítas)"⁷.

Outro autor rio-grandense que se dedica ao período é Aurélio Porto⁸. Ele também acredita na decadência econômica e moral uma vez que o "carácter indolente dos índios, a sua inaptidão para a liberdade, e a incompreensão dos princípios abstratos da fé"⁹ os levaria fatalmente para este destino. O autor também destaca as disputas entre os Administradores e os Padres pelo controle dos missioneiros e como muitos fugiam dos povos, e apesar de destacar "a inaptidão para a liberdade" dos índios, por diversas vezes ele defende a idéia de que foram os índios que solicitaram a conquista portuguesa, como no exemplo que segue:

"Precedeu à conquista das Missões um entendimento prévio com os principais caciques dessa região, cansados já da desorganização administrativa e social desses infelizes povos. Espoliados em seus haveres, trabalhando como escravos, padecendo tormentos e fome, ouviam de seus parentes do Rio Grande, com quem tinham contacto muito assíduo, que sorte melhor lhes estaria reservada sob domínio português."¹⁰

⁴ Ibidem, pg.124.

⁵ TESCHAUER, Carlos. *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos*. Porto Alegre: Selbach, 1921, v.2.

⁶ Ibidem, pg. 423.

⁷ Ibidem, pg. 459. Grifo do original.

⁸ PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. 2.ed. Porto Alegre: Selbach, 1954.

⁹ Ibidem, pg. 252.

¹⁰ Ibidem, pg. 269.

Em termos platinos, umas das primeiras pesquisas dedicadas a vida dos guaranis após a expulsão dos jesuítas é a de José Maria Mariluz Urquijo¹¹. Ele vem combater a idéia, hegemônica até então, de que os índios voltaram para o mato com a saída dos religiosos e que estes "sólo dieron a los indios un barniz civilizador que desapareció no bien abandonaron su dirección"¹². Porém não aborda a manutenção dos povos, mas aponta como muito dos indígenas foram para os principais centros de povoação, com destaque para os que foram para o lado brasileiro, e como sua mão-de-obra era valorizada.

Apesar de destacar a valorização da mão-de-obra indígena, este autor mantém o preceito da incapacidade deles quando afirma que "al pasar de la Dulce tutela jesuítica a un régimen de completa libertad, muchos de los fugados, que aún seguían siendo niños grandes, tropezaron con la codicia de los blancos y sufrieron mil abusos"¹³.

Já sobre a administração dos 30 povos guarani-missioneiros neste período, a obra de maior densidade e informações é de Ernesto Maeder¹⁴. Ele faz uma profunda descrição e análise das condições materiais e das mudanças políticas e administrativas ocorridas entre os anos de 1768 e 1850.

Maeder informa sobre todas as mudanças no sistema de governo das missões, os governantes indicados pela Coroa espanhola, as divisões por departamentos e suas vinculações aos Vice-reinados. Também analisa a demografia dos povos e elenca as principais razões para as mudanças nesta demografia. Apesar de muito completo, este livro não destaca a atuação dos indígenas frente a estas mudanças, embora se proponha a negar que a decadência dos povos tenha sido unicamente devido à expulsão dos jesuítas, atribuindo isso a "gobiernos que no llegaron a interpretar ni sus modalidades arcaicas ni sus apetências, y mal administrados por quienes debían velar por sus intereses materiales, las misiones decayeron, se empobrecieron y se despoblaron".¹⁵

Porém, após esta obra, e a utilizando como referência, foram publicados diversos artigos enfatizando a atuação daqueles indígenas enquanto agentes sociais, destacando as estratégias adotadas com relação aos conflitos e o papel das suas lideranças. Esta nova

¹¹ MARILUZ URQUIJO, José Maria. Los guaraníes después de la expulsión de los jesuitas. *Estudios Americanos*, Sevilla, v.6, p. 323-330, 1953;

¹² Ibidem. pg. 324.

¹³ Ibidem. pg. 330.

¹⁴ MAEDER, Ernesto. *Misiones Del Paraguay: Conflicto y Disolución de La Sociedad Guarani*. Madrid: Mafre, 1992.

¹⁵ Ibidem. pg.14.

tendência historiográfica é resultado da aproximação entre história e antropologia e da difusão dos cursos de pós-graduação nestas áreas, especialmente no Brasil¹⁶. Fator que se relaciona a valorização de pesquisas em arquivos, inclusive de documentos já trabalhados com outra metodologia.

Nesta linha, Guillermo Wilde se dedica a interpretar as possíveis razões que fizeram com que os guarani recebessem o novo governo para o lugar dos jesuítas pacificamente. Demonstra como o processo de expulsão e de apresentação dos novos administradores foi todo ritualizado, e conclui que a aliança com os jesuítas já estava deteriorada e que a nova situação estava vinculada a uma lógica cultural preexistente de reciprocidade "en el marco de la cual tenía preeminencia algún valor del orden de la 'generosidad' como gestor de relaciones sociales, políticas y económicas nuevas", e ainda que "las prácticas recíprocitarias continuaron completamente vigentes em el período inmediatamente posterior a la expulsión, aunque iniciarían pocos años más tarde un proceso de desgaste y resquebrajamiento com la ruptura de la circulación recíprocitaria y la redefinición de la identidad guarani em el marco de procesos regionales más amplios"¹⁷.

A pesquisa de Juan Luis Hernández¹⁸ sobre os conflitos internos nos povos também reforça a importância da reciprocidade e como ela foi ressignificada neste contexto de mudança. Ele sugere que os primeiros anos da nova administração "se caracterizó por la desobediencia generalizada de la población indígena a las nuevas autoridades, el consumo indiscriminado de la hacienda"¹⁹ e o reparto de bens de consumo. Tudo isto dentro de um quadro onde o Governador Bucareli estava tramando alianças com a elite indígena que assim se aproveitara de suas promessas e das rivalidades entre os Curas e os Administradores.

¹⁶ Sobre a aproximação entre história e antropologia ver BOCCARA, Guillaume. Fronteras, Mestizaje y Etnogênesis en las Américas. In.: MANDRINI, Raúl J. y PAZ, Carlos D. *Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVII-XVIII: un estudio comparativo*. Neuquén/Bahia Blanca/Tandil, 2003. (pp. 63-73) pg. 63. Além de Wilde e Hernández citados nesta revisão para mais informações a respeito dos trabalhos realizados vinculados a Universidad de Buenos Aires ver: NEUMANN, Eduardo. *Prácticas Letradas Guarani: producción e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro: IFCS, 2005. pg.17

¹⁷ WILDE, Guillermo. La actitud guarani ante la expulsión de los jesuitas: ritualidad, reciprocidad y espacio social. *Memoria America: Cuadernos de Etnohistoria*. Buenos Aires: Instituto de Ciencias Antropológicas, Facultad de Filosofía y Letras, UBA, n.8, p.141-173, 1999. Pg.168.

¹⁸ HERNÁNDEZ, Juan Luis. Tumultos y motines: la conflictividad social en los pueblos guaraníes de la región misionera (1768-1799). *Memoria America: Cuadernos de Etnohistoria*. Buenos Aires: Instituto de Ciencias Antropológicas, Facultad de Filosofía y Letras, UBA, n.8, p.83-100, 1999;

¹⁹ Ibidem Pg. 90

Somente quando Juan Angel Lazcano assumiu a Administração Geral das Missões em 1771 este quadro foi lentamente se revertendo. Ele conseguiu apoio da elite que passou a explorar mais o trabalho dos indígenas, fazendo com que a economia dos povos melhorassem. Mas estes não se resignaram com a situação e "buscaron la manera de resistir los atropellos de las autoridades y los abusos de las elites indígenas a ellas aliadas"²⁰, e assim Hernandez passa a analisar casos de motins e tumultos que ocorreram em Yapeyú (1778), Apostoles (1787) e San Lourenzo²¹ (1787).

Bárbara Ganson também analisa a resposta dos guaranis à expulsão dos jesuítas. Afirma que os indígenas adotaram uma estratégia de acomodação e não afrontamento. Aponta que, já na carta enviada ao Rei Carlos III, os caciques e corregedores vislumbravam benefícios e mais autonomia, chegando a imaginar que poderiam mandar uma criança guarani para um seminário católico para se tornar padre dos povoados. Das missões, nos primeiros anos, vários caciques escreveram e mandaram presentes com o objetivo de serem nomeados ou se manterem nos *cabildos*. A saída dos povos para trabalhar de forma independente também era uma possibilidade. Ganson mostra um caso onde é feita uma solicitação de permissão para a saída, no entanto isso é raro, já que a grande maioria fugia, embora muitos voltassem por serem capturados ou ao final do trabalho que saíram para realizar²².

Entre os autores brasileiros destaco a obra de Eduardo Neumann²³, que se dedicou a analisar os documentos escritos pelos guaranis enquanto participantes do *cabildo*, especialmente a partir da celebração do Tratado de Madri, em 1750, quando se "desencadeou uma "reação escrita" dos índios, que como mecanismo de protesto redigiram vários textos, esgrimindo argumentos contrários à execução da permuta das missões orientais pela Colônia do Sacramento"²⁴. Ou seja, ele demonstra como a partir desta época os indígenas utilizaram a escrita para se adaptar as necessidades da situação, a ponto de concluir que "o valor conferido à escrita pelos Guarani no período pós-jesuítico indica uma

²⁰ Ibidem Pg. 93

²¹ Como as principais fontes deste trabalho são em espanhol vou manter a grafia das designações dos 30 povoados neste idioma, a não ser nas citações de obras em português que traduzam o nome, neste caso, será mantida a grafia original.

²² GANSON, Barbara. Our warehouses are empty: Guarani responses to the expulsion of the jesuitas from the Rio de la Plata, 1767-1800. In.: GADELHA, Regina. *Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea*. São Paulo: Educ, 1999. p.41-54;

²³ NEUMANN, Eduardo. *Op. Cit.*

²⁴ Ibidem, pg. 19.

adesão às regras do jogo político, das estratégias de negociação, através do domínio dos códigos de comunicação escrita. Certamente, houve uma clara intenção por parte dos indígenas letrados na eleição do idioma do colonizador no momento de recorrerem aos governadores."²⁵

Já Elisa Garcia trabalhou com as relações construídas entre os índios e os portugueses na província de São Pedro e sua fronteira, em especial com os missioneiros, entre as tentativas de demarcação do Tratado de Madri na década de 1750 até as primeiras décadas pós-conquista dos povos da margem oriental pelos portugueses²⁶. O trabalho teve como objetivo "justamente apreender as populações nativas em sua historicidade, ou seja, demonstrar como elas lidaram com as diferentes situações desencadeadas pela colonização e se recriaram no decurso das mesmas"²⁷. Neste sentido ela analisa como a identidade indígena foi se recriando a partir de uma oposição aos portugueses, criado nas situações imemoriais de conflito, e chegou à situação, para uma parte dos guaranis, de negociações e até aliança.

A autora destaca também que as disputas entre portugueses e espanhóis não se davam apenas pelo território, mas principalmente, por vassalos para as suas respectivas coroas e como "a política de atração dos missioneiros desenvolvida pelos portugueses suscitava sérias preocupações à administração espanhola"²⁸.

Desta forma, esta pesquisa se justifica na tentativa de incrementar a análise de fontes que possam relacionar a atuação indígena dentro e fora dos *cabildos*, além de observar os seus tencionamentos com a administração espanhola e com os *Padres Curas*. A partir disto imagino ser possível verificar a existência de relativa autonomia ou protagonismos na condução dos povos e suas demandas pelos missioneiros, e como isso pode trazer indícios das recriações de identidade destas pessoas.

Neste sentido procurarei complementar os estudos que relacionam a autonomia exercida pelos indígenas com a maior presença e contato dos portugueses e como isso pode ter influenciado na "conquista" dos povoados orientais.

²⁵ Ibidem, pg. 295.

²⁶ GARCIA, Elisa. *As Diversas Formas de Ser Índio. Políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

²⁷ Ibidem pg. 20.

²⁸ Ibidem pg.301.

1.2 - APORTES PARA AJUSTAR O FOCO DESTA VISÃO

Ao iniciar esta discussão é importante se referir ao que John Monteiro chama de "nova história indígena", ou seja, uma história que busca "aliar uma certa sensibilidade antropológica às informações inéditas que emergem, em fragmentos dispersos, dos arquivos que guardam e escondem os mistérios do passado"²⁹. Desta forma, desconstruir imagens e pressupostos, como as que caracterizavam as sociedades indígenas como simples vítimas dos brancos, ou o pessimismo, que indicava para uma extinção dos povos nativos, é uma tarefa destes historiadores. E para realizar esta tarefa ele sugere que as pesquisas nesta área avaliem como os indígenas tiveram que construir e se adaptar a um novo espaço político e como isso interferiu na sua própria identidade. Assim, dentro destas estratégias de resistência e adaptação, muitos dos expedientes usados vieram dos próprios europeus, como no caso da principal fonte desta pesquisa que são os documentos escritos pelos próprios indígenas participantes do *cabildo*. Concluindo esta idéia ele afirma:

"Não basta mais caracterizar o índio histórico simplesmente como vítima que assistiu passivamente à sua destruição ou, numa vertente mais militante, como valente guerreiro que reagiu brava porém irracionalmente à invasão européia. Importa recuperar o sujeito histórico que agia de acordo com a sua leitura do mundo ao seu redor, leitura esta informada tanto pelos códigos culturais da sua sociedade como pela percepção e interpretação dos eventos que se desenrolavam."³⁰

Neste sentido Maria Celestino de Almeida analisa as transformações indígenas que viviam nas aldeias portuguesas, mas que trazem reflexões importantes que podem ser usadas para o caso das missões guaranis. Uma diz respeito as perdas que os nativos tinham ao se submeterem ao aldeamento, que ela afirma serem indiscutíveis, mas apesar disso temos que perceber estas mudanças "como propulsoras das novas possibilidades dos índios adaptarem-se à Colônia"³¹. Assim, se os índios rumavam para estes locais, iam também buscar um mal menor, que seria estar sujeito ao apresamento e ao trabalho forçado, ou a um "espaço de liberdade possível", o que leva a afirmação de que "longe de terem sido passivos, os índios foram sujeitos desse processo de mudanças que igualmente lhes

²⁹ MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: História e resistência dos índios. In.: NOVAES, Adauto (Org.). *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Pg. 238.

³⁰ Ibidem pg. 248.

³¹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Capítulo 3 - A ressocialização nas aldeias: as múltiplas etnias tornam-se índios aldeados e súditos cristãos do Império português. In.: _____. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. Pg.129.

interessava, por lhes conferir instrumental necessário à adaptação ao novo mundo. Transformaram-se, portanto, mais do que foram transformados³².

Sobre a recriação e manutenção da identidade indígena podemos partir do conceito de etnogênese mencionado por Guillaume Boccara, no qual estas sociedades indígenas "son tanto el producto de una historia como han sido capaces de desarrollar estrategias de resistencia y adaptación que se inscriben en la continuidad de prácticas y representaciones anterior a la conquista pero que desembocaron también, a través de los múltiples procesos de mestizaje, em la aparición de nuevos mundos en el Nuevo Mundo"³³. Desta forma, é muito importante acabar com a dicotomia entre aculturação ou resistência, no sentido que define o primeiro como a perda da identidade pelos indígenas e o segundo como a manutenção da cultura imemorial desta sociedade, atribuindo a estas pessoas uma situação ahistórica ou, como afirma Monteiro, "para apreender os processos culturais em jogo, não se pode tratar as sociedades indígenas como culturas locais em isolamento"³⁴.

Assim, é necessário trabalhar também o conceito de fronteira "como un territorio imaginado, inestable y permeable de circulación, compromiso y lucha de distintas índoles entre individuos y grupos de distintos orígenes"³⁵. Neste território, e especialmente quando ele se encontrava entre as potencias européias, os "indígenas evolucionaban (...) y sacaban un feliz provecho de los antagonismos que se producian"³⁶.

Já para trabalhar a definição de elite indígena é importante destacar, como nos lembra Almeida, que "a política de valorização das lideranças nativas foi parte do projeto de conquista e colonização das Américas" com as autoridades espanholas e portuguesas incentivando "a criação de uma nobreza indígena por meio da concessão de favores, títulos, patentes militares"³⁷. Assim Neumann nos aponta que

"A cooptação dos índios principais à sociedade colonial, visando sua integração e assimilação aos valores do mundo hispânico, foi operacionalizada através da catequese, associada, por sua vez, à instrução. Essa estratégia educadora mostrou-se um instrumento eficaz tanto na formação de lideranças ameríndias quanto na interiorização das hierarquias

³² ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Op. Cit.* Pg. 136.

³³ BOCCARA, Guillaume. *Fronteras, Mestizaje y Etnogénesis en las Américas*. In.: MANDRINI, Raúl J. y PAZ, Carlos D. *Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVII-XVIII: un estudio comparativo*. Neuquén/Bahia Blanca/Tandil, 2003. (pp. 63-73). Pg. 63.

³⁴ MONTEIRO, John Manuel. Capítulo 3: Entre o Etnocídio e a Etnogênese: Identidades Indígenas Coloniais. In.: _____. *Tupis, tapuias e historiadores*. Tese de livre docência. IFCH - Campinas, 2001. Pg. 56

³⁵ BOCCARA, Guillaume. *Op. Cit.* pg. 64

³⁶ *Ibidem*, pg.72.

³⁷ ALMEIDA, Maria Celestino de. *Op. Cit.*, pg.150

do corpo místico espanhol (...) o tratamento a ser dispensado à nobreza indígena, em diferentes períodos, sempre foi tema presente na legislação colonial hispano-americana. Os caciques guarani no Paraguai também foram alvo de atenção por parte das autoridades coloniais, que através de informes procuravam garantir os privilégios conferidos a esses líderes indígenas."³⁸

Para analisar a questão das táticas dos guarani frente a situação de disputa entre espanhóis e portugueses vou utilizar o conceito destacado por Michel de Certeau³⁹ quando analisa parcelas sociais que não compõem a elite. Estas parcelas precisam se organizar dentro das regras impostas pela parcela dominante visando tencionar e se aproveitar das possibilidades abertas com astúcia. Segundo sua definição a tática é

"a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha (...) Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance (...)tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo a vigilância do poder proprietário"⁴⁰.

Também desejo relacionar a questão da agência demonstrada por Edward Thompson no sentido de "homens e mulheres como sujeitos de sua própria história"⁴¹. Estes agentes não estão presos as estruturas, mas são componentes desta estrutura, mesmo que em situação de antagonismo e baseado na sua experiência.

Sobre as fontes escritas pelos indígenas vou desenvolver a análise segundo a pesquisa apresentada por Neumann⁴², que indica como os índios guaranis souberam se apropriar da escrita ensinada pelos jesuítas, e valorar seus significados como fonte de informação e comunicação para os europeus. Ele demonstra que a apropriação foi tão eficaz que mesmo na comunicação entre eles a escrita foi muito utilizada, principalmente no século XVIII, em especial durante os conflitos com as coroas ibéricas.

As principais fontes desta pesquisa são os memoriais escritos por guaranis participantes do *cabildo* do seu povoado. Os memoriais eram uma forma de comunicação da elite missioneira para entrar em contato direto com as autoridades coloniais. Esse expediente foi utilizado com mais freqüência após a expulsão dos jesuítas e serviam para os

³⁸ NEUMANN, Eduardo. *Op. Cit.*, pg. 58.

³⁹ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis - RJ: Vozes 3ª ed., 1994.

⁴⁰ Ibidem, pg. 100/101.

⁴¹ THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Pg. 220.

⁴² NEUMANN, Eduardo. *Op. Cit.*

“momentos em que as lideranças guarani procuravam manifestar-se diretamente ou intervir em temas considerados importantes, cruciais. Os cabildantes tentaram interceder em determinados assuntos através da prática administrativa, expedindo memoriais escritos em espanhol.”⁴³

Ainda segundo Neumann,

“os memoriais foram uma alternativa utilizada pela elite missioneira diante da ineficácia de outros expedientes, como as queixas encaminhadas aos administradores das reduções. A inoperância dos administradores frente às solicitações dos cabildantes implicou a busca de soluções, e a redação de memoriais foi o meio encontrado para dar conhecimento dos problemas ao governador”.⁴⁴

Cabe destacar, como afirma Wilde, que a análise destes memoriais e documentos, não deve se restringir à tentativa de “establecer la verdad o falsidad de los dichos de esos actores sino entender por qué dicen lo que dicen em um momento determinado, o comprender por qué actuaron como lo hicieron”⁴⁵. Dentro das limitações desta pesquisa, este é um objetivo a ser atingido, mesmo que parcialmente.

Neste trabalho vou utilizar os termos povo, povoado, missão e redução como sinônimos, sobre este assunto acho importante ressaltar a observação de Garcia sobre a utilização do termo “povo” no seu livro:

"As missões jesuíticas eram *pueblos de índios*, inseridas dentro de um sistema de agrupamento de populações vigente no Império espanhol. Neste livro, porém, estas reduções são chamadas de povos, apesar de esta não ser necessariamente a tradução mais adequada à realidade designada por *pueblos*. Era de povo, no entanto, que os portugueses chamavam as reduções quando a elas se referiam e tal denominação acabou por se impor, pois aqueles que passaram para o domínio português são hoje conhecidos como os Sete Povos das Missões.”⁴⁶

* * *

O Plano de estudo desta pesquisa deve ser realizado de forma a seguir uma seqüência cronológica. A proposta é identificar como as manifestações vão sendo produzidas de acordo com as mudanças ocorridas na administração específicas das missões ou mais gerais com relação à província e depois ao Vice-reinado.

⁴³ NEUMANN, E. *Op. Cit.* pg.280/281

⁴⁴ NEUMANN, E. *Op. Cit.* pg.123

⁴⁵ WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009. pg.25.

⁴⁶ GARCIA, Elisa. *Op. Cit.* pg. 24.

Na primeira parte do trabalho pretendo analisar as manifestações com relação à expulsão dos jesuítas e nos primeiros anos da nova administração, período em que os indígenas se aproveitaram da inexperiência dos novos administradores e da instabilidade dos novos religiosos e da própria divisão administrativa geral das missões. Práticas como distribuição de alimentos e bens dos armazéns foram realizadas pelos guaranis muito, talvez, influenciados pelas promessas feitas pelo Governador Bucarelli.

A parte seguinte é a mais abundante de documentação e se refere a um tempo em que a administração está mais consolidada, embora também haja mudanças, inclusive com a criação do Vice-Reinado do Prata com sede em Buenos Aires. Muito interessante notar como os indígenas percebiam estas mudanças e se reportavam aos interlocutores que julgavam mais importantes em cada momento.

Na terceira parte, devo apresentar como o regime de comunidade começa a ser ameaçado e como isso afeta os indígenas, principalmente os participantes do *cabildo*, já que o fim do regime colocava em cheque a existência da redução. Por outro lado procuro relacionar esta situação com a aproximação dos portugueses e suas possíveis promessas, na tentativa de seduzir estes indígenas que acabaram negociando uma aliança.

2 – A EXPULSÃO DOS JESUÍTAS E OS PRIMEIROS ANOS

Acredito ser importante abordar resumidamente o processo de expulsão, para já esclarecer como a Coroa espanhola achou importante agir de forma diferente com relação a demarcação do Tratado de Madri na década de 1750, e que resultou na rebelião indígena conhecida como Guerra Guaranítica. Neste evento os índios simplesmente foram comunicados, através dos jesuítas, que deveriam abandonar os povos Orientais e atravessar o Rio Uruguai com seus pertences e os dos povoados. Tal atitude parece ter sido recebida por grande parte dessa população como uma traição da Coroa espanhola que cederia suas terras para seus tradicionais inimigos, os portugueses, e daí se tornando uma grande razão para a resistência.⁴⁷

Já no caso da expulsão, após receber a determinação da Coroa Espanhola, Francisco de Paula Bucareli y Ursua, então Governador de Buenos Aires, convocou os caciques e corregedores para comparecerem naquela capital, lá eles ficaram por alguns meses e participaram de algumas atividades. Uma das atividades principais foi quando o Bispo da cidade rezou uma missa e após foi servido um jantar com a presença de autoridades laicas e religiosas, para o evento estes representantes guarani foram vestidos com roupas nobres. Neste período Bucareli fez diversas promessas aos líderes guarani⁴⁸, como reafirmar o privilégio de utilizarem o “Don”, que podemos verificar que aparece freqüentemente nos memoriais, a possibilidade de seus filhos se tornarem sacerdotes⁴⁹, privilégios impregnados de valores espanhóis, e que reforçava as diferenças internas já existentes, tudo com o propósito de evitar uma rebelião ao serem notificados da expulsão.

⁴⁷ Este tema é tratado por praticamente todas as obras que se dedicam ao estudo das missões na época jesuítica, dentre os autores tradicionais aponto CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: Período Colonial*. Porto Alegre: do Brasil, 2ª ed., 1980, como exemplo. Com uma abordagem mais contemporânea destaco as obras de NEUMANN, E. Op. Cit, e GARCIA, E. Op. Cit.

⁴⁸ WILDE, Guillermo. La actitud guarani ante la expulsión...*Op. cit.* pg.162

⁴⁹ Não encontrei nas fontes que analiso e na bibliografia, uma amostra que isso tenha realmente sido efetivado. KERN, A. A. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, pg.123 traz um caso de índio sacerdote em Buenos Aires, mas não deixa claro se ele seria proveniente das missões.

Funcionou. Ao final do encontro os caciques e corregidores presentes escreveram uma carta ao Rei Carlos III agradecendo a acolhida de Bucareli, os presentes e por colocar fim a sua miséria e ao trabalho feito escravos que realizavam para os jesuítas. Ganson⁵⁰ lembra que os cabildantes de San Luis, provavelmente incitados pelos jesuítas, também escreveram uma carta se contrapondo a esta onde afirmam que não eram escravos, e Meliá afirma, sobre a carta escrita desde Buenos Aires, que “sólo podemos leer esa carta com un sentimiento de gran tristeza y pena por la forma tan burda como estaban siendo camelados y engañados aquellos Guaraníes, legítimos representantes de sus respectivos pueblos, y como ellos mismos se dejaron fascinar por las promesas”⁵¹.

O fato é que os jesuítas foram expulsos e, segundo as cartas do Governador e seus assistentes, entre eles as de Francisco Bruno de Zavala que se tornaria Governador Interino dos 30 povos e é o destinatário de alguns dos memoriais analisados por Wilde⁵², o Governador e seus representantes foram recebidos com “bons modos e alegria” nos povoados, isso quando não os esperava um banquete e música.

2.1. – COMO OS INDÍGENAS RECEBERAM O ACONTECIDO

Entre os indígenas os que pareciam ter mais motivos para estarem com uma expectativa positiva com a mudança na administração eram os caciques. Eles que eram a base da organização social guarani, mas com os jesuítas perderam força e muitos não faziam parte dos *cabildos*. Os jesuítas preferiam recrutar jovens que eram desde criança educados de perto e tinham maior tendência a se colocarem do lado dos religiosos. Isso fazia com que existisse uma disputa por poder político entre os caciques e os cabildantes. Já Bucareli e Zavala “para consumir sus fines, intento apoyarse em los en los caciques, anteriormente relegados por los jesuítas” e que tinham sua autoridade “basada en el prestigio, la palabra y la generosidad; y todas estas nociones se aglutinaban em el conocido concepto de la ‘reciprocidad’”⁵³.

⁵⁰ GANSON, Barbara. Op. Cit.pg.47

⁵¹ MELIÁ, Bartomeu. La reducción según los Guaraníes: dichos y escritos. Pg. 61

⁵² WILDE, Guilherme. La actitud guarani ante la expulsión...pg.147

⁵³ *Ibidem*. pg. 162.

Enquanto que para a população em geral, Hernández levanta a hipótese de “que el pueblo guaraní, a través de un largo y complejo recorrido, fue resignificando los contenidos de estas relaciones de reciprocidad y redistribución en los momentos trascendentes de su evolución histórica. La transición del período jesuítico a la administración colonial secularizada fue uno de ellos”⁵⁴, e assim a manutenção do regime de comunidade e os cerimoniais nas trocas da administração foram importantes para a aceitação da nova ordem dentro dos povoados.

O regime de comunidade dizia respeito a forma de organização do trabalho do indígena, que deveria dividir seu tempo entre o trabalho particular e para a comunidade. Conforme Kern “os jesuítas implantaram nas Missões o *Abambaé*, ou seja, a propriedade (*mbaé*) particular de cada indígena (*aba*). Mas, de uma maneira muito mais espontânea, pois originou-se do comunitarismo jesuítico e tribal dos Guaranis, instalou-se também o *Tupambaé*, ou seja, a propriedade (*mbaé*) de Deus (*Tupã*) e portanto da coletividade”⁵⁵. Também era restringida a mobilidade dos indígenas, que deveriam permanecer nos povoados ou estâncias, conforme sua função, ou sair para prestar um serviço específico por um prazo determinado, principalmente para a Coroa, o Real Serviço.

Mas se o regime de comunidade se manteve, a principal alteração nos povoados foi a separação entre as funções temporais e espirituais. Assim forma-se dentro do mesmo povoado três instâncias de poder: os padres, os administradores e os *cabildos*, que foram mantidos e, em princípio, deveriam estar vinculados ao administrador, mas como vemos nos memoriais tem, também, uma atuação autônoma fora desta esfera. Importante ressaltar que nem os administradores nem os novos religiosos tinham experiências anteriores com os guarani, e que as duas funções eram remuneradas, sendo que os administradores ainda tinham uma comissão sobre o que era vendido ou comprado pelo povoado, já os cabildantes não eram remunerados, mas obtinham a isenção de impostos além de vantagens materiais e morais.

⁵⁴ HERNÁNDEZ, Juan Luis. Op. Cit. pg.86

⁵⁵ KERN, A. Op. Cit. pg 72.

Tabela 1: Composição dos *cabildos*

Os *cabildos* missioneiros quando atingiram no século XVIII sua formação padrão apresentavam os seguintes integrantes exercendo as seguintes funções (*cabildoiguara*):

Cargos ou funções	Atribuições exercidas	Designação em guarani
Corregedor	Principal autoridade junto ao <i>cabildo</i> , responsável pelas decisões.	Poroquaitara
Tenente de corregedor	Em caso de impedimento do corregedor ocupava suas funções.	
Alcaides ordinários	Segundo na hierarquia capitular, responsável por definir as regras, o controle do trabalho; um <i>capataz</i> .	
Alcaides da Irmandade	Encarregados do controle dos assuntos da área rural, vigilância dos campos.	
Alferez real	Encarregado de levar o estandarte nos dias festivos, responsável pela condução das solenidades.	Aobebé rerequara
Regedores	Atuavam como conselheiros junto aos <i>cabildos</i> .	Cabildoiguara
Alguazis	Responsáveis por executar as ordens, auxiliares diretos dos Alcaides.	Ibirararuzu
Mayordomo*	Desempenha as funções de procurados responsável pelo cuidado dos bens da comunidade e possuía auxiliares, como contadores, fiscais e “almaceneros”.	Em nenhum autor figura um vocábulo em guarani para este cargo.
Secretario	Sua função era a de redatar os acordos, autorizar os despachos e cuidar do livro do <i>cabildo</i> .	Quatiaapohara

Fonte: Projeto de Pesquisa – *Os Guarani e a Fronteira: As missões orientais do Uruguai depois dos Jesuítas* – Coordenação: Professor Eduardo Santos Neumann

2.2 – O MEMORIAL ESCRITO NO POVOADO DE LA CRUZ EM 1769

Alguns exemplos das manifestações indígenas com relação às transformações que estavam ocorrendo nos primeiros anos após a expulsão dos jesuítas já podemos perceber no memorial escrito por integrantes do *cabildo* de La Cruz, datado de 08 de maio de 1769.

Logo no início os missioneiros já demonstram que conhecem a divisão administrativa que o Governador Bucareli implementou para as missões pós-1767. Assim ao escrever ao Governador se identificam como “del Uruguai” e citam o “Señor Governador Interino de las Mission del Uruguai Don Francisco Bruno de Zavala”⁵⁶. Esta

⁵⁶ AGN. Sala IX 18/5/1, nesta, e nas demais citações de documentos, será mantida a grafia e a pontuação original.

divisão determinava Zavala para administrar os 10 povos próximos ao Rio Uruguai e Juan Francisco de la Riva Herrera para administrar os povos do Paraná (próximo ao rio homônimo). Mas a divisão não deu certo e foi substituída já no final de 1769⁵⁷. Seguindo, se identificam os redatores do memorial como o “Corregidor Don Miguel Yeguaca, y Theniente Don Joaquin Guaracuye, Don Thomas Guirarague, y lo demas cabildos y todos casiques del pueblo de La Cruz”⁵⁸.

Também neste documento eles solicitam que suas mulheres e crianças não sejam chamadas para conversas pois o *Padre Cura* proibiu, muito embora ressaltem que a esposa do Governador Interino “quiere mucho a nuestras mugeres, y a nuestros hijos”⁵⁹. Ressalto que esta é uma situação nova, uma vez que a presença de mulheres não índias nas reduções era praticamente nula antes da expulsão dos jesuítas, e que agora com o Governador Interino residindo, com sua família nos povoados, o fato torna-se constante. Aproveitam para denunciar que o Padre “quiere gobernar, como tiempo de antes”⁶⁰, numa clara referência ao tempo dos integrantes da Companhia de Jesus, que se envolviam em todos os assuntos referentes aos povoados, e também que ele está castigando seus filhos, embora destaquem que respeitam o sacerdote e estão sentidos por ele estar deixando o povoado.

Outra questão que é possível notar é como os integrantes do *cabildo* valorizam o fato do Governador “*del Uruguai*” falar a língua Guarani e como isso é importante para o bom relacionamento e confiança entre as partes. Ao descrever as atitudes do Zavala aponta como ele “explicando nos y conbersando las ordenes del Rey y enseñan en castilla tambien sabe lengua del Paraguai por eso el explicar bien, y claro las orden deste Magestad no nos enseñando algunas falsedades”⁶¹. Por outro lado, Wilde aponta que Riva Herrera teve sérios problemas por não conhecer a língua guarani, denunciando, inclusive, que suas direções eram alteradas pelos intérpretes.⁶²

⁵⁷ MAEDER, Ernesto. Op. Cit. pg.22/23. Nestas páginas o autor explica também como Bucareli entregou as *Instrucciones a que se deberán arreglar los gobernadores interinos que dejó nombrados em los pueblos de índios guaranis del Uruguay y Paraná, no habiendo disposición contraria de SM*, que segue em grande media o Diretório Pombalino que estava sendo aplicado na América Portuguesa desde 1757.

⁵⁸ AGN. Sala IX 18/5/1.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Idem.

⁶² WILDE, G. *Religión y poder...Op.Cit.* pg. 227.

3 – AS MUDANÇAS ADMINISTRATIVAS DAS DÉCADAS DE 1770 E 80

No início da década de 1770 o Governador de Buenos Aires, Bucareli, foi substituído por Juan José de Vértiz. O novo Governador não estava satisfeito com a forma de atuação da administração espanhola nos 30 povos, que após alguns problemas com o Governador Interino Riva Herrera, estavam subordinados unitariamente à Zavala, então auxiliado por três tenentes, responsáveis, cada um, por um grupo de povoados⁶³.

Como mudança inicial nomeou Juan Angel Lazcano como administrador geral, sediado em Buenos Aires, para receber e vender os produtos que chegavam das missões, ficando ao seu cuidado a arrecadação de tributos. Também mandou que fosse executado um minucioso censo, nomeando o coronel Marcos Joseph de Larrazábal como responsável.⁶⁴ Da experiência deste censo, Larrazábal sugeriu a divisão dos povoados em cinco departamentos (Yapeyú, San Miguel, Concepción, Candelária e Santiago), dirigidos cada um por um tenente, o que foi estabelecido a partir de 1774. A restrição da responsabilidade de Zavala para apenas um departamento, entre outros pontos, o levou a uma batalha judicial contra Lazcano e a nova organização até pelo menos 1784⁶⁵.

Em 1784 Vértiz, agora Vice-rei do Prata, cargo que assumiu com a volta de Cevallos para a Europa em 1778⁶⁶, aplica a *Real Ordenanza de Intendentes*. Esta *Ordenanza* estabelece a criação de Intendências, de modo que os Departamentos de Yapeyú, San Miguel e Concepción ficam a cargo de Buenos Aires, e Candelária e Santiago com a do Paraguai. No entanto a nova organização parece ter trazido mais confusão e

⁶³ MAEDER, Ernesto. Op. Cit. pg. 23 à 27.

⁶⁴ MARTÍN, Carmen Martinez. El padrón de Larrazábal en las misiones del Paraguay (1772). In.: *Revista Complutense de Historia de América*, Madrid, 2003, 29: 25-50. Pg. 36/37.

⁶⁵ MAEDER, Ernesto. Op. Cit. pg. 27 à 29.

⁶⁶ O Vice-reinado do Prata foi criado em 1776 quando Pedro Cevallos liderou uma expedição, vindo da Espanha, para participar da disputa fronteiriça com Portugal, que incluía desde a Ilha de Santa Catarina (Florianópolis), Rio Grande e a Colônia de Sacramento.

disputas por jurisdição entre o Governador, Tenentes, Intendentes e o Administrador Geral das Missões⁶⁷.

3.1 – OS GUARANIS SE MANIFESTAM SOBRE OS ADMINISTRADORES, RELIGIOSOS E “MAESTROS”

Mesmo com as constantes trocas na administração geral dos povoados, como descrito anteriormente, dentro de cada redução a presença dos administradores e dos novos religiosos já estava mais consolidada na década de 1770. No entanto, também internamente acontecem disputas de autoridade, que vamos analisar nos casos a seguir.

No memorial do povoado de San Borja, escrito em novembro de 1771, os integrantes do *cabildo* informam ao Governador Don Francisco Bruno de Zavala que o Padre Juan Thomas está tendo atritos com o Padre Cura. Estes atritos ficam bem caracterizado como uma disputa por poder quando a carta cita uma pergunta do Padre Cura sobre “qual es a quien han de obedecer le dijo a los muchachos **son yguales respondio el muchacho** quando dijo el muchacho esto **le dio un bofeton el Padre Cura a mi me an de obedecer**”⁶⁸. Também são relatados castigos aplicados aos sacristãos, discussões e ameaças, a ponto do Padre Cura estar doente e ter atravessado o Rio Uruguai para ficar no povoado de San Thomé. Quando isso aconteceu, conforme o relato dos cabildantes, o Padre Juan Thomas se preocupou e, junto com o administrador Antonio Pires⁶⁹ foram lá busca-lo. Mas a relação entre eles não melhorou, por fim, pede para que o Governador troque o padre auxiliar do Cura, pois este esta doente e pode piorar e morrer.

Interessante notar que os cabildantes “ante mi el secretario de cabildo Don Enrique Apoguy”, escrevem que: “por eso Señor Governados como vmd es nuestro padre y superior mayor solo a vmd le hemos participado, ni al Señor Theniente siquiera no le hemos escrito”⁷⁰. Demonstrando que conheciam bem a estrutura administrativa, e que

⁶⁷ MAEDER, Ernesto. Op. Cit. pg. 30 à 33 e POENITZ, Edgar & POENITZ, Alfredo. *Misiones, Provincia Guaranítica: Defensa y disolución [1768-1830]*. Posadas: Universitaria, 2 ed. 1998.pg. 71 à 74.

⁶⁸ AGN. Sala IX 22/2/7, grifo meu.

⁶⁹ Embora eu não saiba como foi resolvida a demanda, conforme MARTÍN, C. Op. Cit. Pg.39 , no censo realizado por Larrazábal entre 01 de janeiro e 14 de fevereiro de 1772, no Departamento de Yapeyú, o Administrador de San Borja continua sendo o Antonio Pires e o Religioso responsável é o Padre Juan Tomás.

⁷⁰ AGN. Sala IX 22/2/7

acreditavam que a sua demanda devesse ultrapassar a autoridade do Tenente para se comunicar direto com Zavala, o Governador Geral.

Alguns anos depois, em 24 de abril de 1777, é o povoado de Loreto quem se manifesta sobre a conduta do Padre Cura. Neste documento, assinado por caciques e cabildantes e direcionado para o Tenente-Governador do Departamento de Candelária Don Juan Valiente, é denunciado que o dito Padre (que não tem seu nome citado na carta), esta sempre atrás das mulheres e “amancebado” com pelo menos uma delas, além disso aplica castigos físicos sem justificativa e chama-os de “Indios Sucios, y Chinas Sucias”⁷¹. ao final pede a substituição do Cura e se manifesta satisfeito com o Administrador, que aparentemente foi mandado a pouco tempo, e talvez por isso não venha tendo autoridade para resolver o problema.

Outra questão que transparece é a disputa entre os próprios indígenas por posições no *cabildo*. O Corregedor Don Diego Yarara acusa, ele também é um dos que assinam o memorial, que o Padre Cura esta elogiando o antigo Corregedor, porque este lhe presta favores. Por outro lado Yarara é perseguido por causa de sua mulher, que teria visto e denunciado a conduta do Padre. Wilde também analisa outros casos de disputas dentro da elite indígena e sugere que estes casos ilustram “bien las ambiciones personales de los líderes y la capacidad que tenían para aprovechar las nuevas condiciones que se habían generado a partir de la expulsión”⁷².

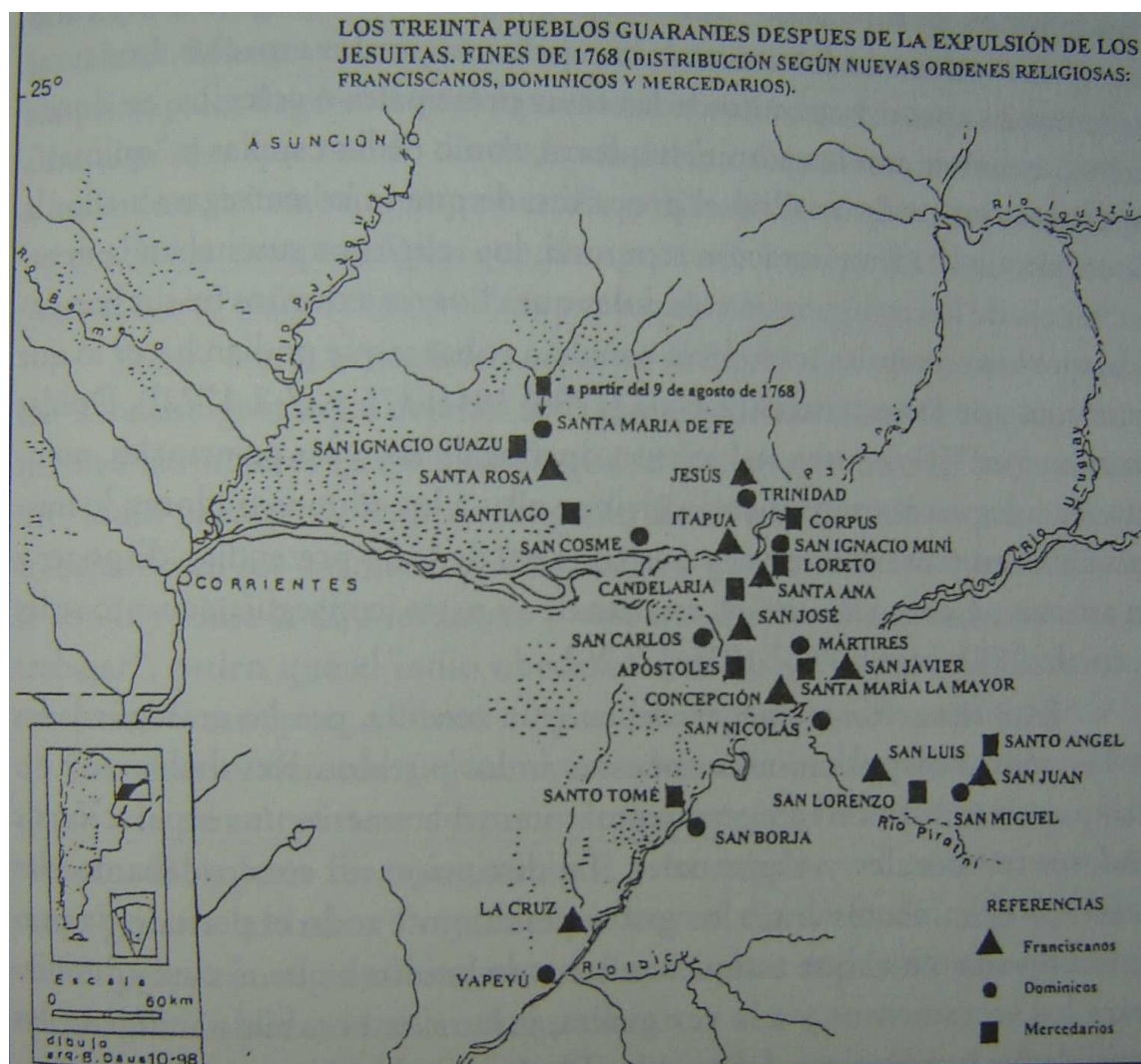
Mais uma vez presenciamos problemas com os Padres Cura que vieram substituir os jesuítas. Maeder alerta para a dificuldade de repor os 78 religiosos que foram expulsos dos trinta povos, ainda mais porque não era da vontade da coroa espanhola que os substitutos fossem de uma mesma ordem, assim foram convocados religiosos dominicanos, franciscanos e mercedários. Mesmo assim não havia número suficiente de religiosos preparados para essa função, sendo que alguns, apenas por falar a língua guarani foram chamados. Porém este autor lembra que os relatos normalmente denunciam os religiosos que estão tendo algum atrito, mas destaca que outros foram citados por realizar um bom trabalho, além de 15 religiosos que ficaram mais de 15 anos numa mesma redução e 21 que permaneceram até virem a falecer. Também lembra que não é possível compará-los com os

⁷¹ AGN. Sala IX, 17/6/3

⁷² WILDE. G. Op. Cit., pg. 228.

jesuítas, uma vez que suas finalidades não eram missionais, inclusive eles tinham que disputar o horário das missas com o horário de trabalho e outras atividades que para os administradores eram prioritárias⁷³.

Figura 1: Os Trinta Povoados Guaranis e a nova distribuição dos religiosos (1768)



Fonte: WILDE, G. Op.Cit. (2009), pg.231.

Outro problema relatado, sendo aqui atribuído como uma consequência das atitudes do religioso, são as fugas, especialmente das mulheres. As fugas era um tema que chamava bastante atenção na época e, junto com as epidemias eram os grandes responsáveis pelo

⁷³ Sobre o processo de seleção e características dos novos religiosos ver MAEDER, Ernesto. Op. Cit..pg.170-179.

declínio populacional das reduções, no entanto, Maeder aponta para um quadro das fugas predominantemente masculina em idade adulta⁷⁴.

Já em San Miguel o *cabildo* e caciques se manifestam sobre o administrador recém nomeado para assumir o povoado. Em 14 de julho de 1786 eles escrevem uma carta na língua guarani, que é traduzida a pedido do Governador Intendente Don Manuel de Lassarte y Esquivel. O referido documento inicia com o relato das riquezas do povoado: 60 mil vacas, 11 mil arrobas de algodão, boas casas, disponibilidade de vestimentas e alimentação. Em seguida, passa a denunciar que o Administrador indicado para assumir o povoado, Don Manuel Burgo, já é conhecido por seu péssimo trabalho em San Juan, concluindo com a solicitação para que não seja confirmado no cargo, como podemos ver no trecho a seguir:

“por necesitar para que según su alcance y reflexion **ponga otro español de mas alcance** y de espíritu y que mirase bien a toda la gente de este Pueblo mas que este que a benido para nuestro administrador Don Manuel Burgos no es por querer lo mal ni menos lastimar su honrra pero conosiendo las muchas cosas que ai que haser en este nuestro Pueblo decimos que **este hombre es apocado de poco espíritu y tardo en resolvier** asi lo emos bisto de todo el tiempo que **estubo en el Pueblo de San Juan** y todos conocen y considerando que en entrando este Español en Nuestro Pueblo como es de poco pensar se **empobrecerá este Pueblo** y como el es el que a de pensar y nos a de dirigir y mostrarnos su buen exemplo y al mismo tiempo con su agencia el aumento de nuestras Haciendas = Y como el es que a **demonstrar su buen exemplo a todos los naturales de este Pueblo savemos que es algo apasionado a tomar el aguardiente** y el que toma esta no anda vien y tiene dado repetidas ordens⁷⁵

Outro ponto importante nesta carta é a confusão de responsabilidade sobre quem é o responsável pela indicação e confirmação do nome, como citado no início deste capítulo, a criação das Intendências ocasionou uma disputa por jurisdição dentro da administração espanhola. No trecho “por esto el señor Governador Don Francisco Bruno de Zavala el que proseda asi no tubiese empleo ninguno y el Señor Governador Intendente General no se hallara informado de este Español por lo mismo lo a nombrado para nuestro Administrador que hasemos presente no por dejar de obedecer la ordem superior”,⁷⁶ não fica claro de quem é a responsabilidade. Tampouco nas explicações e em outra pequena carta complementar anexadas a esta é possível obter essa afirmação com certeza.

⁷⁴ MAEDER, E. Op. Cit., pg. 63.

⁷⁵ AGN. Sala IX. 18/3/5, grifo meu.

⁷⁶ Idem.

Também é de se destacar a presença de Primo Ybarendá neste documento, indígena de longa experiência⁷⁷ como secretário que escreve a sentença “a ruegos de todos los Caciques que no saben firmar pongo mi nombre aqui Primo Ybarendá”⁷⁸. Deste modo parece que os caciques solicitam um auxílio de alguém de confiança, fora do cabildo para ter certeza que estão fazendo o encaminhamento de sua demanda corretamente.

3.2 – A QUESTÃO DA LEALDADE E DOS SERVIÇOS PRESTADOS PARA A COROA

De San Lorenzo, em 25 de Maio de 1779, é emitido uma “Razon de los índios enpleados em el Real Serbizio de este Pueblo de Sn. Lorenzo desde el año de mil setezientos setenta y dos asta la fecha de esta”. Mostrando que a prática de requisitar a mão-de-obra indígena para o serviço da coroa, fora do povoado de residência, continuava bem presente, assim como foi durante a época dos jesuítas como demonstram diversos autores⁷⁹.

Este documento demonstra que o *cabildo* tinha um controle sobre as atividades que faziam seus conterrâneos de povoado, assim como dos gastos que tinham para mantê-los em serviço. Nesta relação se destacam os trabalhos realizados para Maldonado, Montevidéu, *Paso* do Piratini, acampamento de San Miguel, Santa Tereza e Santa Tecla. Também, mais de uma vez, aparecem relatos de contato com os portugueses.

Podemos ver isso na citação para o ano de 73:

El día veinte y ocho de octubre de setenta y três salieron quarenta índios para el Bacacay su Capitan Thimoteo Taribey les a dado el Pueblo razion para três meses un tacho grande de cobre doce achas quarenta lanzas cien cavallos veinte y quatro mulas y uma bandera lo que se a perdido todo por aber sido soprendidos por los portugueses y de los indios bolbieron catorce diez que bolbieron a pie dela banze y quatro que bolbieron de España los rrestantes se mantienen entre los portuguese.⁸⁰

⁷⁷ Primo Ybarendá esteve presente nos conflitos da demarcação do Tratado de Madrid e teve sua trajetória traçada, a partir de 4 documentos por NEUMANN, E. Os Guaranis e a razão gráfica: cultura escrita, memória e identidade indígena nas reduções – séculos XVII & XVIII. In.: KERN, A; SANTOS, M.C. & GOLIN, T. Op. Cit., pg. 268.

⁷⁸ AGN. Sala IX. 18/3/5.

⁷⁹ Como exemplo de obras importantes que desenvolvem este tema destaco KERN, A. A. Op. Cit., e mais recentemente NEUMANN, E. *O Trabalho Guarani Missioneiro no Rio da Prata Colonial 1640-1750*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

⁸⁰ AGN – falta a identificação neste documento

E nesta sobre o ano de 1777: “El dia doce de Mayo salieron seis índios para la obra de Santa Thecla llebaron rrazion para um mês y três cabalgaduras estubieran seis meses y a su retirada binieron com três mulas de falla”⁸¹.

Outra temática teve o memorial escrito em San Cosme em janeiro de 1785. Logo no início já aponta uma modificação nas estruturas administrativas ao se referir ao “Señor Vi Rey”⁸², cargo que havia sido criado no final da década de 70 com a elevação do Prata a vice-reino. Desta forma, os cabildantes e caciques resolvem se reportar direto ao Vice-Rei, talvez porque não estivessem satisfeitos com a nova divisão implantada na administração dos povos, ou acreditavam que o caso seria de competência direta do Vice-Rei. Esta divisão estipulava que San Cosme, pertencente ao departamento de Santiago, e o departamento de Candelária, seriam de responsabilidade da intendência do Paraguay, não de Buenos Aires.

A principal queixa dos missioneiros é pela não conclusão da igreja que havia começado a ser construída ainda na época dos jesuítas. Maeder escreve que a igreja de San Cosme estava “con muros levantados hasta una vara sobre los cimientos”⁸³ e que o principal problema para a conclusão era a falta de um “maestro” capacitado. Por um longo período San Cosme compartilhou a igreja com Candelária⁸⁴. Cabe ressaltar, que além de apoio militar, os Serviços Reais que os guaranis prestavam eram utilizados na construção civil, tendo inclusive edificado o Templo principal de Córdoba, além de inúmeros serviços em Buenos Aires e Assunção, como se refere Neumann para o período ainda anterior a expulsão⁸⁵. No entanto, neste momento, as obras em seu próprio povoado não estavam sendo realizadas.

Interessante notar como esta correspondência esta impregnada de frases que reforçam a lealdade a Coroa, fato comum neste tipo de documento, mas principalmente repete várias vezes a palavra “Dios” (10 vezes), em apenas 3 páginas. A repetição deste termo, seja pedindo ou desejando graças, é comum, mas não tantas vezes, neste caso, suponho, esteja sendo usado para ressaltar a importância da demanda que fazem.

Outro ponto a destacar, é o fato dos cabildantes se referirem a expulsão dos jesuítas quase 20 anos depois do acontecido, e também a presença dos portugueses na região,

⁸¹ Idem.

⁸² AGN. Sala IX 17/7/2

⁸³ MAEDER, Ernesto. Op. Cit. Pg. 185/186

⁸⁴ SANTOS, M.C. & BAPTISTA, J. T. Op. Cit. Pg. 243.

⁸⁵ NEUMANNa, E. Op. Cit. Pg.92/96.

embora não fique claro se a citação se refere a tempos mais remotos, como nos problemas da demarcação do Tratado de Madrid na década de 1750, por exemplo. Sobre os portugueses o fato se torna um pouco estranho, pois o povoado de San Cosme fica no lado ocidental do Rio Paraná, não fazendo, portanto, fronteira com as terras portuguesas, mostrando que o tema não estava restrito aos povos orientais. Como podemos ver no trecho:

“este pueblo solamente aquí nosotros no tenemos Iglesia por causa de los portugueses porque **la tierra de nosotros estaba mui logo serca de la tierra de los portugueses** (...) tendra interes por esa tierra por eso el dueño lo echo cuando lo echo de esa tierra que los casiques vien a llegar del Pueblo de Candelaria ai que estaba trabajando hunto al hazer las Yglesias y ayudar de trabajar hunto y despues los corregidor lo presto un pedaso de tierra ai mismo del Pueblo de Candelaria y de ai el Padre Jesuita Padre provincial se liama Padre Rafael Caua li endo copro un pedaso de tierra con este pueblo de Itapuã y mil pesos ai que estaba poblando rresien poblado era del pueblo de San Cosme el combento estaba por acabar ya y las Iglesias rresien conmiensar de trabajar quando se li enbantar el simiento de la Iglesia que **liego el mandado de Dios y el mandado y al Rey mi Señor por quitar de Padre Jesuita** lo que lo dejo sin acaba las Iglesias no solamente de las Iglesias”⁸⁶

3.3 – ACOMPANHANDO ALGUNS PROCESSOS

Os demais documentos nos quais podemos ver as manifestações indígenas, e até certo ponto acompanhar a efetividade, são em processos. Nestes processos além da manifestação escrita dos representantes dos *cabildos* podemos ver as respostas e encaminhamentos dados as ditas demandas. Também, entre alguns dos documentos que compõe esta pesquisa, estão presentes interrogatórios dos moradores dos povoados, que enriquecem a análise das fontes.

O primeiro processo analisado é do ano de 1790 e tem na sua capa a seguinte descrição: “El corregidor, cabildo y Administrador del Pueblo de Sn. Borja, solicitando se nombre como thente. de Cura de dtho. Pueblo a Fr. Domº Maciel del orn. de Predicadores”⁸⁷.

O desenvolvimento do processo começa com uma carta justificando não haver Tenente Cura no Povo de San Borja e que o Cura não da conta da administração espiritual de todos os naturais, principalmente em tempos de epidemias como as que eles estavam vivendo freqüentemente. Lembram que estão reiterando o pedido e indicam o nome do Frei

⁸⁶ AGN. Sala IX 17/7/2, grifo meu.

⁸⁷ AGN. Sala IX 31/5/7

Domingo Maciel, por já conhecerem ele quando substituiu o Cura local nas suas ausências e “por conocer su buena vida, y costumbre, y tener le amor por el conocimiento que de su modo de proceder” ainda conclamam que “hacemos prec.te a VExa en cumplimiento de nuestra obligacion, y descargo de nuestras conciencias, y esperamos em la igualdad de justicia de V.Exa que mediante esta (...) nuestra peticion”⁸⁸. Carta dirigida ao Vice-Rei de Buenos Aires, datada de 13 de março e assinada pelo Administrador Francisco Antonio Carballido, pelo Corregedor Mariano Josef. Ibarava, por Domingo Ayuari Secretario 2º pelos demais cabildantes que não sabem assinar.

Esta carta foi encaminhada para o Governador das Missões Francisco Bruno de Zavala, que respondeu que o referido padre é tio do atual Cura de San Borja, e que conhece a situações de Povos sem o Tenente Cura e não veria mal na transferência do padre que já serviu em outros Povos. No entanto diz já ter se reportado ao Vice-reinado anteriormente falando do pouco arrecadado em alguns Povos e que isto estaria dificultando a manutenção de mais Curas. Datado em 16 de outubro. Em 26 de outubro o Governador escreve outra carta informando a nomeação do padre no Povo de San Borja, aparentemente encerrando o processo.

O processo seguinte, do Povoado de San Lorenzo iniciado em 1789, é bem mais complexo, e a súplica “Dn Ponciano de Silva maestro de primeras letras del Pueblo de Sn Lorenzo solicita la recaudar sus sueldos”, esconde um grande conflito entre o *cabildo* e o administrador com o “maestro de primeiras letras”. O processo se desenrola por mais de 5 anos e contém mais de 100 páginas, no entanto destacamos aqui alguns pontos mais gerais, principalmente referente as manifestações dos indígenas, nas suas diferentes formas.

Em março de 1789, Don Ponciano de Silva solicita seu salário por 2 anos de serviços no Povo de San Lorenzo, mas seu pedido é devolvido por ser necessário acrescentar “la **certificacion Del Corregidor Cabildo y Adm.or** que acredite el sai que tomo posecion Del empleo, tiempo que lo sirve, su solvência, o a deudo, com el Pueblo y Cumplimiento exacto de su obligación, autorizada por el Then.te Gobernador del respectivo Departamento”⁸⁹

⁸⁸ Idem

⁸⁹ AGN. Sala IX 31/5/7, grifo meu.

Porem, quando o administrador e o *cabildo* se manifestam eles denunciam os maus tratos que o professor dispensava em seus alunos, inclusive um caso de açoite em crianças de 7/8 anos, e como isso estava fazendo com que muitas fugissem do Povo, além disso não aceitava a intervenção de ninguém do *cabildo*, chegando a tal ponto que suplicam uma “providencia que hallase de justicia, pues de lo contrario no quedará criatura alguna que no se huya”⁹⁰ . Assinam a carta: Isidro Faupa (corregedor), José Olivencia y Castañeda (Administrador), Thimoteo Candapayu (regidor terceiro), e pelo caciques e demais do *cabildo* que não sabem assinar Clemente Ayxuca (secretário).

Segundo o despacho do Governador dos 30 Povos Francisco Bruno de Zavala, de 1º de abril de 1789, o dito Padre, que ficou 2 anos, 7 meses e 28 dias no emprego, foi considerado louco e dispensado. Teria direito a 531 pesos, mas já tinha recebido 200. As crianças pouco sabiam ler ou soletrar palavras sem sentido, e praticamente só usavam o Castelhana para cantar nas igrejas sábados e domingos. Ao padre foi entregue o passaporte para que se retire a capital.

Como resposta, o Padre ainda escreve uma justificativa afirmando que 15 açoites não eram excessivos e que já havia feito representações relatando os seus avanços no ensino. Mesmo assim em 26 de fevereiro de 1790, o processo do pagamento ainda corria para definir se os avanços justificavam tal gasto, inclusive o “*Fiscal Protector General de Naturales*” determinou que fosse enviado ao Povo uma diligência para averiguar os fatos. Assim o Governador do Departamento de San Miguel Don Manuel de Lavante y Esquibel convocou alguns moradores do Povo para depor em San Nicolas, acompanhado de 2 interpretes: o espanhol paraguaio Andrés de Luzina e o índio Fabian Minuy.

Os moradores interrogados no mês de maio de 1790 foram:

Clemente Ayxuca: informa ter 40 anos, ser natural de San Lorenzo, casado e de profissão *maestro*, foi secretário do *cabildo* no ano de 1789. Afirmar ter assinado o documento, que fora escrito pelo administrador, e que sabia que era contra o *maestro* porque o tenente corregedor o explicara, já que o Administrador não fala guarani. Confirma

⁹⁰ Ibidem. Este processo, apesar de ter mais de 100 páginas, não é numerado já que é a soma de dezenas de cartas, relatórios, procurações, etc..., portanto, as citações não serão identificadas com o número da página. No entanto, nos próximos parágrafos, elas seguem a ordem como aparecem no volume, que será então identificado como uma única fonte.

a denuncia de maus tratos às crianças e as fugas de pelo menos 6, sendo 2 para o Povo de La Cruz. Assina o depoimento.

Josef Cavi: informa ter 38 anos, ser natural de San Lorenzo, casado de ofício carpinteiro e alcade de primeiro voto em 1789. Diz que os membros do *cabildo* não foram comunicados da denúncia, e que só foram chamados quando chegou a ordem de demissão do Don Ponciano, com a justificativa de que “era mui brabo com los muchachos” e que não sabia nada de fugas e maus tratos, apenas o que o corregidor lhes dizia. Sobre as atividades dele afirma que “asistia diariamente em la Escuela a las oras de ella, y cuidaba de los muchachos yendo com ellos a la Iglesia, a Missa, y al Rosário por lãs tardes, y que las oido y le consta al que declara por que lo beia”⁹¹. Não assina, por não saber.

Célio[?]nio Dachey: natural de San Lorenzo, não sabe a idade (aparenta mais de 30), casado, de ofício “*Maestre de campo*”, Alcade de segundo voto em 1789. Afirma não ter sido informado da reclamação do *cabildo*, só quando chegou a demissão, e que não sabia de excessos de maus tratos, mas que o “maestro” “castigaba com la Palimeta a los muchachos conforme a la edad, a los grandes com quatro palmetas y a los chicos com dos, y que no sabe mas de outro castigo”⁹², também confirma o trabalho na escola e igreja. Não assina, por não saber.

Matias Nivasro, espanhol, ofício de “*sangrador*”, 35 anos. Esteve em San Lorenzo “em asistencia a roll de curacion um el cirujano del Departamento por dos vezes, la uma como quatro meses de tiempo, y la outra como um mês y varias de transito, y a exersisio em el mismo Pueblo, de se ocupacion de sangrador”⁹³. Não viu excessos mas declara ter visto Don Ponciano açoitando as crianças e ter ouvido falar em fugas. Sobre o ensino diz ter visto ele trabalhando na escola “y que de saber y hablar el idioma castelhano solo puede decir que el maestro los hablava em el idioma castellano, aunque sabe el Guarani, y que a los muchachos lês oyo saludas em castellano a algunos al [...] Por dte de ellos”⁹⁴. Leu e assinou o depoimento.

⁹¹ Ibidem

⁹² Ibidem

⁹³ Ibidem

⁹⁴ Ibidem

Já o cirurgião do Departamento, Bartolome Gonsales, não foi interrogado, mas mandou seu relato por escrito e afirmou não ter tratado de ninguém por ter sofrido excesso por parte do *maestro* e que não passavam de 6 os açoites que dava.

Na seqüência, o Governador do Departamento escreve um parecer sobre os depoimentos e documentos recolhidos, com data de 11 de maio de 1790. Neste parecer, ressalta a incapacidade do “maestro”, mas aponta, na sua visão, como o Administrador e alguns cabildantes manipulam os documentos do cabildo :

se demuestra de las declaraciones recibidas sobre el hecho o individuos del cabildo, del año em que se dio **dicho ynforme, haver sido ylegal**, como por lo comum son quantos papeles se autorizan por los Corregidores Cabildos, y aAdministradores, siendo uma de **las mas lastimosas desgracias a que estan suxetos los indios**, el que incauta, é insenciblemente se vem contraídos, los que **firmam**, y los que **no firmam los unos a veses sin aum haver visto lo blanco ó negro del papel, y los otros sin el conosimiento presiso de su contenido de tal manera que hasta lo que lês es perjudicial, graba, ó debilita, o parece por ellos aprovado**, y confirmadom sin que de esto se distinga, **si no es el Corregidor de San Miguel por cibilisasion: em este concepto**, y com lo demostrado por las sitadas declaraciones, y que el Teniente Governador há de tener presente, que no prosedera a mas averiguasion, o mas inquirir em el Particular de Don Ponciano de Silva, sin encontrar imparcialidad, o indiferencia, em quien deponga ó informe lo manifiesta a V. E. y que no concidera haver de fato ser beneficioso a los ninõs, su servicio.⁹⁵

O protetor dos naturais corrobora com a idéia da manipulação e atribui a questão ao Administrador e ao Governador dos 30 Povos, que devem ser repreendidos para que não haja reincidência, além de pago o devido ao dito “maestro”.

Diante destes relatos o Vice Rei, da ganho de causa ao “maestro”, sendo devido o seu soldo, inclusive pelo tempo em que esteve parado, podendo até retomar o seu cargo. Desta forma foram condenados o Administrador de San Lorenzo e o Governador dos 30 Povos Francisco Bruno de Zavala. Zavala também escreve, do Povo de Itapua, em 18 de fev. de 1794, declarando ao Vice-Rei sua inocência e reafirmando acusações sobre o “maestro”.

No meio de tanta confusão esta história se relaciona com Pasqual Arenguati, Corregidor de San Miguel e cabildante desde, pelo menos, 1786 quando aparece no memorial analisado anteriormente neste capítulo. Ele pretendia casar suas 2 filhas com 2 espanhóis, sendo que a mais velha havia sido educada em Buenos Aires e sabia ler, escrever e costurar. O professor de primeiras letras de San Miguel, Don Jose de Mitre, que também era pretendente de uma de suas filhas, foi preterido e resolve sair do povoado, e

⁹⁵ Ibidem, grifo meu.

assim acaba tomando o lugar de Don Ponciano em San Lorenzo. Ele é citado pelo Governador dos 30 Povos por sua “civilidade” e qualidade gráfica, quando esse escreve para o Vice Rei, em 1790, justificando a nomeação de Mitre para San Lorenzo e contando a história acima. Seu prestígio aparece também por ser incluído, em 16 de outubro de 1792, como testemunha, junto com outros integrantes do Cabildo de San Miguel, além de três espanhóis da administração “por falta de Escribano Publico”⁹⁶, na Procuração que o Administrador de San Lorenzo fez para ser representado em Buenos Aires, devido a sua condenação. Entre as testemunhas estava também Don Manuel Burgos, o Administrador de San Miguel, que sofrera com duras críticas do cabildo quando assumiu em 1786, no entanto não é possível saber se continuava como Administrador, ou qual cargo ocupava.

Voltando ao caso, na longa defesa escrita pelo Procurador do Administrador de San Lorenzo ele nega qualquer manipulação dos índios, afirma que era notório a rigidez e os problemas com o professor chegando a explicar que “El rigor para com los índios no es presiso que sea excesivo demasiado, y que llegue a imposivilitarlos, basta que sea tal que les infunda terror”⁹⁷. Além disso, expõe que, como participante do *cabildo*, o administrador tinha que informar o governador destes atos, e que os índios ditos manipulados, depuseram com medo, e por isso disseram não saber da representação, argumentando ainda que outros componentes do *cabildo* de 1789 não foram ouvidos, chegando a citar um ordenamento do antigo Vice Rei do Peru, Don Francisco de Toledo, que dispunha que quando indígenas fossem ouvidos em interrogatórios fossem ouvidos no mínimo três, já que eles não tinham o mesmo compromisso com o juramento que os espanhóis.

Neste ponto, a resposta do procurador de Don Ponciano vai no sentido de legitimar o inquérito realizado e confirmar que o Administrador agiu intencionalmente para prejudicar o professor e não comunicou o cabildo do que a representação poderia gerar, afirmando que os “boçales” do cabildo não mentiram no interrogatório, e não sabiam do que tratava o documento. E esta discussão sobre quem tinha enganado, manipulado ou amedrontado os indígenas entra em 1795, quando as partes fazem um acordo sobre o pagamento de uma indenização, não ficando claro se o “maestro” retoma sua atividade no povoado.

⁹⁶ Ibidem.

⁹⁷ Ibidem.

O mais interessante deste processo para esta pesquisa não é o resultado final, mas o fato das argumentações terem caminhado no sentido de afirmar, ou questionar, a participação dos indígenas na concepção e redação do parecer que denunciava o *maestro*. Fica claro que a participação consciente dos membros do *cabildo* tinha uma valorização importante para validar a denúncia.

Também é possível notar uma disputa sobre quem seria o responsável por nomear e dispensar os *maestros*, entre o Governador dos 30 Povos, Zavala, e o Governador do Departamento de San Miguel, se tornando mais uma batalha judicial onde Zavala se envolvia desde a década de 1770, como vimos na introdução deste capítulo.

4 – A AMEAÇA AO REGIME COMUNITÁRIO E A PASSAGEM PARA O LADO PORTUGUES DOS POVOADOS ORIENTAIS

Ao entrar na década de 1790, a situação dos povoados era de decadência material e populacional, muito devido as más administrações, seja por incompetência, corrupção ou disputas judiciais. Complementando o quadro desfavorável, os Vice Reis que atuaram neste período demonstraram pouco interesse e nada fizeram de efetivo para melhorar essa situação. Muito disso, talvez, se devesse a grande rotatividade destes Vice Reis, já que cinco diferentes personagens ocuparam este cargo em apenas 10 anos: Nicolas del Campo – Marques de Loreto (1784/89), Nicola Arredondo (1789/95), Pedro Melo de Portugal (1795/97), Antonio de Olaguery y Feliú (1797/99) e Gabriel de Avilés y del Fierro (1799/1801)⁹⁸.

Ao final da década alguns importantes funcionários espanhóis já condenavam a manutenção do regime comunitário⁹⁹. O estudo de Poenitz & Poenitz concorda com os problemas no regime no final do século XVIII, quando afirma que “además, el regimen de comunidad de bienes, ya completamente desvirtuado, solo sirvió para la arbitraria servidumbre de los naturales y para lãs rapiñas de los funcionarios corruptos que actuaban bajo el manto de las ordenanzas de Bucarelli”¹⁰⁰.

Desta forma, em termos de realizações, somente Gabriel de Avilés fez uma intensa reforma na administração das Missões, especialmente quanto ao regime comunitário. No ano seguinte, boa parte dos indígenas dos povos orientais do Rio Uruguai se aliam aos portugueses, que ocupam estes povoados e expulsam os espanhóis. Estes dois episódios serão tratados neste capítulo.

⁹⁸ MAEDER, Op. Cit, pg. 195

⁹⁹ Ibidem, pg. 199/200.

¹⁰⁰ POENITZ & POENITZ, Op. Cit., pg.71.

4.1 – AS REFORMAS DE AVILES

Gabriel de Avilés y del Fierro, ou Marques de Avilés, assumiu como Vice Rei em 14 de março de 1799, e já tinha como obrigação responder uma Real Ordem de 30 de novembro de 1798, que estipulava que ele “debía informar dando su parecer sobre el problema, y se lo facultaba para que interinamente tomase providencias para contener desórdenes y abusos em el gobierno y administración de los pueblos”¹⁰¹. Com esse objetivo, e com a ajuda do seu secretário Miguel de Lastarria, remeteu questionários para governantes, religiosos e militares da região. Segundo Maeder, “la mayoría de los cuales opino em favor de la libertad de los índios”¹⁰².

Para Wilde, a idéia de romper com o segregacionismo entre indígenas e espanhóis vinha desde as *Instruciones* de Bucareli de 1768, já influenciado por idéias homogêneizadoras da Coroa espanhola mas, no entanto, não se atreveu a acabar com o regime comunitário para evitar uma maior instabilidade dentro dos povoados indígenas, como visto no capítulo 2. Assim, se o regime comunitário serviu como estímulo para o comércio regional e opressão sobre as comunidades missionárias desde à época jesuítica, com a saída destes religiosos “deterioro de manera acelerada las condiciones de vida em los pueblos”¹⁰³.

Sendo assim, depois de coletadas as informações, Avilés assinou um auto em 18 de fevereiro de 1800 que “decretaba la liberación de una lista de 323 familias guaraníes consideradas ‘capaces de mantenerse por si’ (Lista [17-8-1799])”¹⁰⁴. Estas famílias, provenientes de 28 povoados diferentes, tinham direito a “propiedad para si, sus hijos, herederos y sucesores perpetuamente, terreno bastante capaz y aparente para mantener sus buenas chacras y apacentar sus ganados”¹⁰⁵. Além disso, os libertos

fueran mantenidos por la comunidad hasta el año siguiente, que les adjudicaran tierras, vacas y todo lo necesario para su manutención, cosa que deberían informar al administrador. Los que poseían empleos de cabildo podían ejercerlos hasta su término. A los artesanos se los auxiliaría con herramientas para sus oficios. El virrey suponía que el decreto tendría efectos ejemplificadores entre los guaraníes no liberados, logrando que “se alienten a aspirar a las mismas gracias y excepciones”¹⁰⁶.

¹⁰¹ Ibidem, pg.77.

¹⁰² MAEDER, E., Op. Cit., pg. 201.

¹⁰³ WILDE, G. Op. Cit. (2009), pg. 266.

¹⁰⁴ Ibidem, pg.269.

¹⁰⁵ AVILÉS. Circular [18-2-1800] apud. WILDE, G. Op. Cit. (2009), pg. 270.

¹⁰⁶ WILDE, G. Op. Cit. (2009), pg. 270.

Maeder também aponta que entre as propostas do auto estavam a

liberdade gradual para los índios, libre comercio con españoles, extinción de las encomiendas em los pueblos de índios del Paraguay, y mantenimiento por um cierto tiempo del régimen de comunidad en Misiones, pero bajo el celoso control del gobierno. Se prometía también acordar con ambos obispos el régimen eclesiástico más conveniente y poner en orden la administración general.¹⁰⁷

Segundo Wilde, “la reacción de los guaraníes al decreto parece haber sido em general muy positiva”¹⁰⁸, especialmente entre os libertos. Por outro lado, Maeder afirma que depois do

primer entusiasmo por las libertades concedidas, sucedió en los pueblos la disconformidad del resto de los guaraníes, que veían en la medida una discriminación y, además, un recargo adicional en las tareas comunales. A ello se sumaban las quejas de los administradores y las advertencias de los curas por el desorden e indisciplina que había cundido. Avilés procuró equilibrar la situación, estableciendo una contribución de un peso anual a cada liberado para cubrir los gastos de salarios en los pueblos, y para que las autoridades locales pudieran contratar los jornaleros necesarios. Dispuso también nuevas libertades y favoreció la adjudicación de tierras a criollos y mulatos casados con indias. Todo ello unido a distintas medidas de control y saneamiento administrativo¹⁰⁹

Já Poenitz & Poenitz pondera que alguns Curas denunciavam que os opositores à libertação, eram especialmente “Caciques y Capitulares habituados a servirse del trabajo gratuito de sus hermanos em provecho próprio, so pretexto de labor comunitaria”¹¹⁰

De qualquer forma uma situação que trouxe controvérsia na libertação foi a discussão de parentesco. Muitos indígenas interpretaram a designação “família” como a totalidade de sua rede de parentes. Poenitz & Poenitz comenta casos em que para cada um libertado, junto foram entre 10 à 50 pessoas a mais, o que levou Avilés a escrever instruções mais claras¹¹¹.

Outra questão de interpretação que permeia esta discussão é a noção do termo liberdade para os indígenas. Como mostra Wilde, “em las cartas escritas por ellos mismos em su lengua la palabra ‘libertad’ aparece em castellano, lo que acaso indica que no formaba parte del universo conceptual do nativo”¹¹². Para este autor, o termo estava muito ligado a possibilidade de movimentação pela campanha e de participar de diversos intercâmbios

¹⁰⁷ MAEDER, E. Op. Cit., pg. 202.

¹⁰⁸ WILDE, G. Op. Cit. (2009), pg. 271.

¹⁰⁹ MAEDER, E. Op. Cit., pg. 203.

¹¹⁰ POENITZ & POENITZ, Op. Cit., pg. 80.

¹¹¹ Ibidem, pg. 79.

¹¹² WILDE, G. Op. Cit. (2009), pg. 275.

com os outros atores que ali habitavam, “sin que ello necessariamente implicara perder definitivamente sus lazos con la comunidad de origen”¹¹³.

Apesar destas questões, Maeder mostra que “a finales de febrero de 1801 Avilés recibió su nombramiento de virrey del Perú, y el 20.V.1801 transmitió el mando en Buenos Aires a su sucesor Joaquín del Pino. Para esa fecha, el programa de libertades sumava ya 6.212 indios de los 42.885 que subsistían en los pueblos”¹¹⁴. Menos de um mês após assumir Joaquín del Pino, como aponta Garcia, “em 15 de junho de 1801, a notícia da declaração de guerra da Espanha contra Portugal chegou informalmente à capitania”¹¹⁵ do Rio Grande de São Pedro.

4.2 – A ALIANÇA COM OS PORTUGUESES

Minha intenção neste tópico não é fazer uma descrição detalhada sobre os acontecimentos de 1801. Vários autores importantes, tanto tradicionais como mais contemporâneos, já trataram deste tema¹¹⁶. Por isso vou destacar apenas algumas situações e tentar dialogar com elas tendo em vista o que já foi analisado neste trabalho, principalmente as apontadas por Elisa Garcia em um capítulo da sua tese¹¹⁷ na qual trata deste assunto.

Resumidamente destaco que, com a notícia da guerra, o governador da capitania, “Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, publicou um edital no qual ordenava aos vassallos portugueses reconhecerem a Espanha como inimiga, assim como outros editais em que perdoava todos os desertores que se apresentassem para a guerra, como era costume nestas situações”¹¹⁸. Entre os desertores anistiados estavam alguns gaúchos, ou gaudérios¹¹⁹, que conheciam bem os índios dos convívios na campanha, sendo eles próprios, muitas vezes, mestiços filhos de indígenas. Um deles, José Borges do Canto se

¹¹³ Ibidem, pg. 275.

¹¹⁴ MAEDER, E. Op. Cit., pg. 203.

¹¹⁵ GARCIA, E. Op. Cit., pg. 189.

¹¹⁶ Entre estes autores destaco TESCHAUER, C. Op. Cit., PORTO, A. Op. Cit., CESAR, G. Op. Cit., nos seus estudos sobre a história do Rio Grande do Sul, e MAEDER, E. Op. Cit., e WILDE, G. Op. Cit. (2009), nos seus estudos sobre os povoados missionários.

¹¹⁷ GARCIA, E. Op. Cit.

¹¹⁸ Ibidem, pg. 189.

¹¹⁹ Personagem comum nos campos do sul que viviam do contrabando e roubo de gado e couros, mais informações na análise de WILDE, G. Op. Cit, pg. 297, e GARCIA, E. Op. Cit. pg. 190/191.

apresentou ao tenente-coronel Correia da Câmara e manifestou o desejo de “hostilizar” as missões e teria solicitado homens e armas. Diante da impossibilidade de suprir estas necessidades o tenente-coronel teria disponibilizado munição e incentivado Canto a arregimentar seus conhecidos para a tarefa.¹²⁰

Dentre os recrutados estava Gabriel Ribeiro de Almeida, filho de índia guarani e conhecedor do idioma nativo, assim como Manuel dos Santos Pedroso, fazendeiro da região que formou outra frente de ataque¹²¹, no total, em torno de 40 homens foram reunidos. Desta forma, este ataque não oficial e com um contingente modesto, deve seu sucesso muito a disposição dos indígenas de se aliar com os portugueses e para isso a negociação na língua guarani pode ter sido muito importante. A habilidade na língua guarani, já vimos neste trabalho, era valorizada pelos indígenas e muitos administradores espanhóis não dominavam, sendo portanto um agravante nos conflitos.

Assim, Garcia mostra como em vários momentos e, especialmente antes da tomada de San Miguel, os portugueses e indígenas trocaram informações sobre as missões, até uma suposta carta escrita pelos missionários solicitando a intervenção foi citada. Além disso, já nos primeiros ataques as estâncias e a um acampamento onde estavam indígenas e espanhóis, a explicação de que a guerra era contra os espanhóis e não contra os nativos, e demonstrações de reciprocidade, como a divisão do butim, foram fundamentais para que uma parcela destes indígenas aderissem a proposta portuguesa inclusive ajudando a entrada na capital do Departamento de San Miguel¹²². Parece significativo que a ocupação portuguesa tenha começado pelo povoado de San Miguel, que como vimos, teve, ao longo das últimas décadas, cabildantes respeitados por sua “civildade” e reconhecidos por suas qualidades gráficas diante dos funcionários e governadores espanhóis, como nos casos de Primo Ybarena e Pasqual Arenguati.

Após a tomada da capital, a entrada nos outros povoados do Departamento parece ter sido mais tranquila. Integrantes do *cabildo* de San Juan e Santo Angel chegam a escrever uma carta na qual “informavam estarem rendendo vassalagem à Coroa portuguesa, incluindo armas, povos, territórios e demais posses”¹²³, respondendo no mesmo dia o aviso

¹²⁰ GARCIA, E. Op. Cit., pg. 191.

¹²¹ Ibidem, 194.

¹²² Ibidem, 195.

¹²³ Ibidem, 196.

que Canto manda aos demais povoados sobre a rendição de San Miguel. Além de entregar o aviso, Gabriel de Almeida assistiu as festividades e convidou os Curas a permanecerem nos povoados, o que foi aceito por alguns. Estes fatores aliado as promessas de respeito as suas hierarquias ajudaram a consolidar a aceitação pela mudança de soberania¹²⁴. Já em San Borja a rendição foi um pouco mais demorada, mas diante da proposta dos espanhóis de abandonar o povoado e fugir para o outro lado do rio Uruguai, os indígenas decidiram manter-se em suas terras e se aliarem aos portugueses¹²⁵.

* * *

Transparece nestes fatos que, por mais que houvessem divisões entre os indígenas que habitavam estes povoados, a maioria aceitou a decisão tomada pelos integrantes do *cabildo*, já que não encontrei relatos de grandes fugas ou resistências depois da rendição. Por outro lado, apesar de Garcia afirmar que “a conquista das missões foi sendo construída durante as negociações”¹²⁶, o que pode ter acontecido realmente, não podemos descartar a hipótese de que alguns integrantes do *cabildo* tenham feito a solicitação antecipadamente.

Muito pelo contrário, acredito que essa possibilidade foi bem real, como aponta Aurélio Porto e Hemetério da Silveira¹²⁷. De acordo com as narrações do episódio é possível perceber a autonomia dos *cabildos* ao tomar a decisão de aderir aos portugueses, por mais difícil e pressionada que possa ter sido esta escolha. Além do mais, as manifestações analisadas ao longo desta pesquisa corroboram essa possibilidade, uma vez que percebe-se como a relação dos cabildantes com a administração espanhola teve vários conflitos e como estava incerta a situação das reduções com o fim gradual do regime comunitário.

Neste caso, pode ser que o consenso em torno da aliança com os portugueses tenha se criado durante as negociações. Contribuindo para isso a proximidade dos portugueses e a confirmação que eles estariam dispostos a realizar a empreitada, ainda mais após as promessas reafirmadas pelos negociadores bilíngues e conhecedores da cultura indígena e, no caso dos outros povoados, após a aliança com a população da capital San Miguel.

¹²⁴ Ibidem, pg. 200.

¹²⁵ Ibidem, pg. 201.

¹²⁶ Ibidem, pg. 201.

¹²⁷ SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As Missões Orientais e seus Antigos Domínios*. Porto Alegre: Cia União de Seguros Gerais, 1979. [1909], pg. 64/65.

5 – ACORDOS NÃO CUMPRIDOS, OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com uma quantidade relativamente pequena de fontes, foi possível perceber inúmeras manifestações dos indígenas que se faziam presentes nos memoriais e processos nos quais tomavam parte. Por mais que a linguagem escrita remetesse a presença de uma cultura externa fortemente vinculada a um dominador, fica claro que missionários se apropriaram deste instrumento para fazer-se agente e influenciar no destino dos seus povoados.

Ao longo destes mais de trinta anos analisados eles participaram de diferentes demandas, como as questões de atuação de seus novos companheiros de redução, sejam eles religiosos, administradores, ou outros funcionários espanhóis, denunciando e solicitando a sua remoção quando preciso. Externamente, souberam também lidar com o complexo sistema administrativo espanhol recorrendo aos diferentes níveis da hierarquia colonial para expor seus interesses. O próprio processo no qual foi colocado em questão a manipulação dos cabildantes pelo administrador ajuda a complexificar a situação, e perceber algumas diferentes visões que os espanhóis do período tinham sobre as manifestações.

Com relação as atividades exercidas internamente, os documentos analisados demonstram e reforçam a idéia de que os indígenas estavam sim, preocupados com os bens materiais dos seus povoados, estavam atentos aos problemas das fugas e, também por isso, denunciavam castigos excessivos e ofensas, assim como exigiam respeito e faziam questão de ressaltar seus cargos e suas condições de “Don”. Da mesma forma, tinham noção de como era valorizada sua mão-de-obra para o “Real Serviço” e nas propriedades particulares.

Destaco que este trabalho atuou no sentido de verificar as manifestações daquelas pessoas que se mantiveram vivendo na comunidade, mesmo com todos os problemas enfrentados desde a demarcação do Tratado de Madrid e depois da expulsão dos jesuítas. Deste considerável número de indígenas, é de se supor que suas lideranças eram os mais

interessados na manutenção do regime comunitário que lhes garantia *status* privilegiado. Da mesma forma, entre os que ficaram nas missões, a expulsão dos jesuítas e o contato maior com não-indígenas dentro dos povos, não chega a recriar a sua identidade, mas acarreta ressignificações, talvez até no sentido de maior afirmação com relação ao seu povoado e, inclusive, com relação aos portugueses antes vistos como inimigos mortais.

Neste sentido ao sentirem que o regime comunitário estava ameaçado e diante da guerra travada entre portugueses e espanhóis parece lógico que estas lideranças tenham ficadas tentadas a se aliarem aos portugueses numa tentativa de manutenção da sua forma de organização a partir dos *cabildos* indígenas. Analisando as diversas manifestações que fizeram no período anterior, não é surpreendente que eles tenham se colocado contra os administradores locais e do Departamento de San Miguel no momento da rendição aos portugueses. Por mais que a noção de auto-governo não deva ser aplicada a este período, afinal o aparato burocrático espanhol estava muito presente, ações de protagonismo e autonomia dos indígenas parecem ter sido constantes. Assim como na atitude de recusa em abandonar os povoados, como no caso de San Borja.

Mesmo que a vida na redução fosse muito diferente da vida dos guaranis pré-colonial, para aquelas pessoas, este modo de vida deveria representar a forma mais tradicional e indígena possível. Também a questão da terra e da comunidade, pode ser abordada como um processo que vem deste a escolha de se submeterem às reduções para fugir das *encomiendas*, depois na luta contra a remoção pelo Tratado de Madrid, e por fim com a aliança com os portugueses.

Assim acredito ter atingido o objetivo de reforçar a visão, que já há alguns anos vem sendo ampliada, de uma história indígena que procura ver as atitudes indígenas como fruto de escolhas conscientes dentro dos espaços possíveis. Não como fruto de sua pretensa ingenuidade ou mesmo bondade natural, mas como resultado de uma tática que pode dar certo ou errado, dependendo da interpretação de quem analisa.

Também o objetivo de complementar as análises de fontes deste período foi atingido. As fontes utilizadas nesta pesquisa reafirmam e/ou complexificam as análises contemporâneas que foram apresentadas ao longo do trabalho. Neste sentido a hipótese de terem os indígenas tomado a iniciativa da aliança com os portugueses, é apresentada como mais uma possibilidade de diálogo com estas fontes, a partir de uma visão que atribui esta

atitude a agência e iniciativa indígena. Da mesma forma, neste ponto, esta abordagem complementa e complexifica as outras abordagens apresentadas neste trabalho, tanto as que apresentam a solicitação de aliança como um atitude desesperada de quem não sabia mais o que fazer para fugir da opressão dos espanhóis, como para os que apresentam como resultado de uma situação limite construída no calor das negociações com os portugueses que se aproximavam.

Desta forma, se hoje sabemos que as promessas feitas de manutenção física, respeito as hierarquias e as terras dos povoados, não foram cumpridas, naquele momento os indígenas estavam atuando no sentido de garantir estas demandas. Da mesma forma não podemos pensar na história do nosso estado e do país, e sua consolidação de fronteira sem atribuir a estes personagens a importância que lhes é devida.

6 - FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias

Atas, processos e memoriais parcialmente ou integralmente escrito pelos indígenas participantes do *cabildo*. Este material foi reproduzido através de pesquisa realizada diretamente no arquivo e os originais estão manuscritos e em espanhol. Alguns destes documentos me foram fornecidos pelo professor orientador e outros eu pesquisei diretamente na instituição quando lá estive, em fevereiro de 2010.

A seguir estão identificados pela localização do maço onde se encontram no Archivo General de La Nacion - Buenos Aires:

AGN. Sala IX 18/5/1

AGN. Sala IX, 17/6/3

AGN. Sala IX 22/2/7

AGN. Sala IX 17/7/2

AGN. Sala IX 18/3/5

AGN. Sala IX 31/5/7 (2 documentos deste mesmo maço)

AGN. Sala IX 37/7/3

AGN. Sala IX 31/3/7

Bibliografia

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Capítulo 3 - A ressocialização nas aldeias: as múltiplas etnias tornam-se índios aldeados e súditos cristãos do Império português. In.: _____. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003;

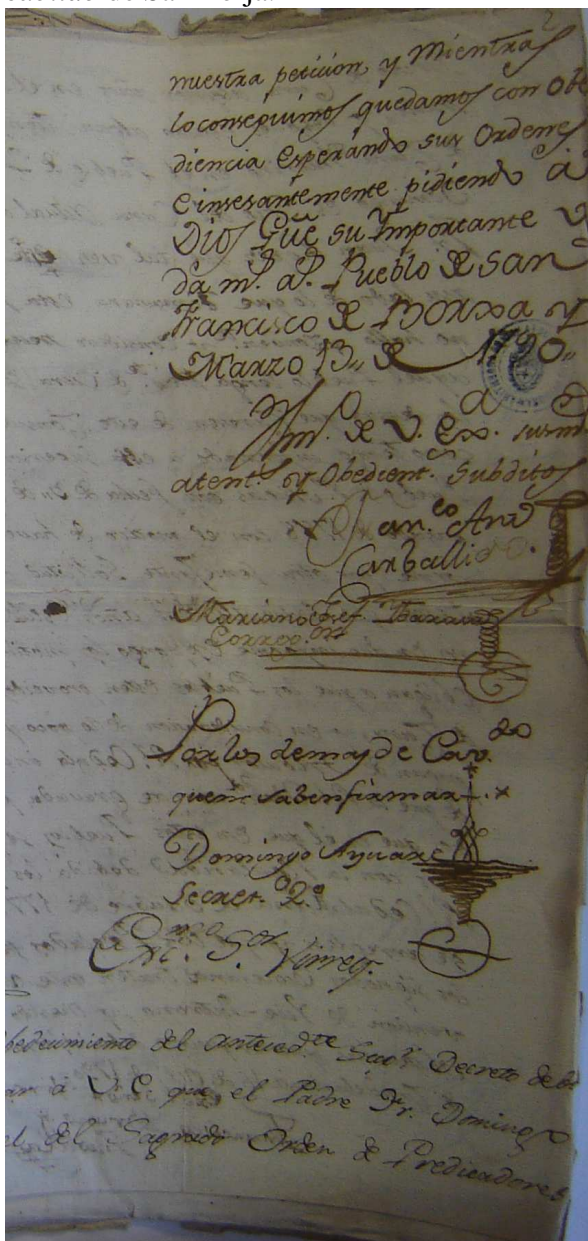
BAPTISTA, Jean. A visibilidade étnica nos registros coloniais: Missões Guaranis ou Missões Indígenas? In.: KERN, A; SANTOS, M.C. & GOLIN, T. *História Geral do Rio Grande do Sul: Povos Indígenas*. Vol. 5. Passo Fundo: Mérito, 2009

- BOCCARA, Guillaume. Fronteras, Mestizaje y Etnogénesis en las Américas. In.: MANDRINI, Raúl J. y PAZ, Carlos D. *Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVII-XVIII: un estudio comparativo*. Neuquén/Bahía Blanca/Tandil, 2003. (pp. 63-73);
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis - RJ: Vozes - 3ª ed., 1994;
- CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: Período Colonial*. Porto Alegre: do Brasil, 2ª ed., 1980
- GANSON, Barbara. Our warehouses are empty: Guarani responses to the expulsion of the jesuitas from the Rio de la Plata, 1767-1800. In.: GADELHA, Regina. *Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea*. São Paulo: Educ, 1999. p.41-54;
- GARCIA, Elisa. *As Diversas Formas de Ser Índio. Políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009;
- GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS - 2ª ed, 1998;
- HERNÁNDEZ, Juan Luis. Tumultos y motines: la conflictividad social en los pueblos guaraníes de la región misionera (1768-1799). *Memoria America: Cuadernos de Etnohistoria*. Buenos Aires: Instituto de Ciencias Antropológicas, Facultad de Filosofía y Letras, UBA, n.8, p.83-100, 1999;
- KERN, Arno. Alvaréz. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- MAEDER, Ernesto. *Misiones Del Paraguay: Conflicto y Disolución de La Sociedad Guarani*. Madrid: Mafre, 1992;
- MARILUZ URQUIJO, José Maria. Los guaraníes después de la expulsión de los jesuitas. *Estudios Americanos*, Sevilla, v.6, p. 323-330, 1953;
- MARTÍN, Carmen Martínez. El padrón de Larrazábal en las misiones del Paraguay (1772). In.: *Revista Complutense de Historia de América*, Madrid, 2003, 29: 25-50.
- MELIÁ, Bartomeu. La reducción según los Guaraníes: dichos y escritos. In.: GADELHA, Regina. *Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea*. São Paulo: Educ, 1999. p.55-64.

- MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: História e resistência dos índios. In.: NOVAES, Adauto (Org.). *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994;
- _____. Capítulo 3: Entre o Etnocídio e a Etnogênese: Identidades Indígenas Coloniais. In.: _____. Tupis, tapuias e historiadores. Tese de livre docência. IFCH - Campinas, 2001;
- NEUMANN, Eduardo. *O Trabalho Guarani Missioneiro no Rio da Prata Colonial 1640-1750*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.
- _____. Os Guaranis e a razão gráfica: cultura escrita, memória e identidade indígena nas reduções – séculos XVII & XVIII. In.: KERN, A; SANTOS, M.C. & GOLIN, T. *História Geral do Rio Grande do Sul: Povos Indígenas. Vol. 5*. Passo Fundo: Mérito, 2009
- _____. *Práticas Letradas Guarani: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro: IFCS, 2005;
- POENITZ, Edgar & POENITZ, Alfredo. *Misiones, Provincia Guaranítica: Defensa y disolución [1768-1830]*. Posadas: Universitaria, 2 ed. 1998.
- PORTO, Aurélio. História das Missões Orientais do Uruguai. 2.ed. Porto Alegre: Selbach, 1954;
- SANTOS, Maria C. & BAPTISTA, Jean T.. Reduções jesuíticas e povoados de índios: controvérsias sobre a população indígena (séc. XVII-XVIII). In.: *História Unisinos*: 2007 (240-251);
- SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As Missões Orientais e seus Antigos Domínios*. Porto Alegre: Cia União de Seguros Gerais, 1979. [1909];
- TESCHAUER, Carlos. *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos*. Porto Alegre: Selbach, 1921, v.2;
- THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981;
- WILDE, Guillermo. La actitud guarani ante la expulsión de los jesuitas: ritualidad, reciprocidad y espacio social. *Memoria America: Cuadernos de Etnohistoria*. Buenos Aires: Instituto de Ciencias Antropológicas, Facultad de Filosofía y Letras, UBA, n.8, p.141-173, 1999.
- _____. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009.

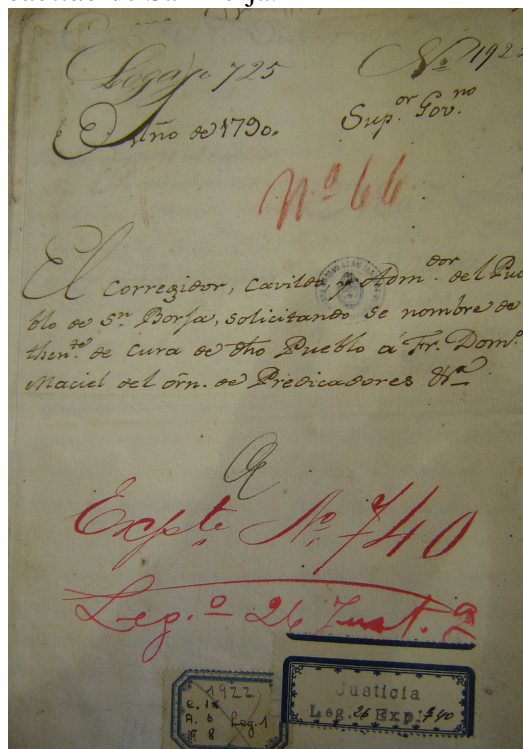
7 - ANEXOS

Assinaturas dos indígenas integrantes do cabildo de San Borja.



Fonte: AGN - Buenos Aires - Foto do Autor

Capa do processo encaminhado pelo cabildo de San Borja.



Fonte: AGN - Buenos Aires - Foto do Autor

